

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO	6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	8
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	19
INVESTIMENTOS	19
GOVERNANÇA CORPORATIVA	20
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	20
AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS	21
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	22
RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
BALANÇO SOCIAL	34
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	36
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	37
BALANÇOS PATRIMONIAIS	38
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	40
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	43
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	45
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
1. CONTEXTO OPERACIONAL	46
2. BASE DE PREPARAÇÃO	51
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	71
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	72
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	74
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	76
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	77
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	78
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	79
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	80
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	83
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	83
13. ATIVOS DE CONTRATO	86
14. INVESTIMENTOS	92
15. IMOBILIZADO	110
16. INTANGÍVEIS	112
17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	116
18. FORNECEDORES	118
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	118
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	119
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	122
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	122
23. PROVISÕES	128
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	134
25. RECEITAS	138
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	141
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	143
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	144
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	147
30. SEGUROS	158
31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	159
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	160
PARECER DO CONSELHO FISCAL	168
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES	169
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	170
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	171
ORÇAMENTO DE CAPITAL	173

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Também são apresentadas as Declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Certamente o ano de 2020 ficará marcado na história pela sua singularidade, onde a sociedade teve que lidar com os efeitos de uma pandemia de impacto mundial, com reflexos significativos no comportamento e vida das pessoas e impactos também relevantes no ambiente econômico e social.

Constituímos, em março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução da pandemia, com efeitos abrangentes, complexos e sistêmicos. Foram tomadas diversas medidas para proteção do caixa, como o contingenciamento de investimentos e despesas, postergação no pagamento de dividendos e renegociação de créditos a receber com os clientes.

Uma de nossas grandes prioridades foi garantir a segurança e saúde dos nossos colaboradores por meio de uma série de ações, entre elas a adoção do home-office para parcela representativa da nossa força de trabalho e protocolos de segurança em conformidade as orientações dos órgãos de saúde para as nossas equipes de campo. Infelizmente, tivemos colaboradores vítimas da pandemia, que são perdas irreparáveis, motivo de muito pesar e de nossa solidariedade para com as respectivas famílias. Continuamos firmes no nosso propósito de que o respeito a vida é um bem inegociável da Cemig GT.

E nesse ambiente desafiador, a Cemig GT mais uma vez provou a sua resiliência e sustentabilidade das suas operações também na dimensão financeira.

Mesmo considerando a retração da atividade econômica, com o fechamento e/ou funcionamento parcial do comércio e indústria durante boa parte do ano, encerramos 2020 com lucro de R\$1.056 milhões e um Lajida de R\$2.586 milhões (crescimento de 70,02% em relação a 2019).

Esses resultados e avanços da Cemig GT foram reconhecidos pelas agências de rating. Em 2020, mesmo considerando os efeitos e incertezas de pandemia, tivemos melhoria das nossas notas de crédito pela Fitch e Moodys e em janeiro de 2021, a Standard & Poors elevou em dois níveis na escala global a nossa nota, de “B” para “BB-”, e de “A+” para “AA+” na escala nacional brasileira, um significativo aumento de três níveis.

No negócio de transmissão, tivemos êxito no processo de revisão tarifária, com a homologação dos nossos investimentos e o reconhecimento da Cemig GT como uma das empresas mais eficientes do setor, na comparação dos nossos custos operacionais com as demais empresas de transmissão.

Em função da retração da atividade industrial e comercial, tivemos um maior impacto da pandemia em nosso negócio de comercialização de energia, com a utilização da flexibilidade nos contratos pelos nossos grandes clientes, o que afetou a rentabilidade nesse negócio. Esses impactos foram temporários e já no quarto trimestre de 2020 observamos a retomada do consumo aos níveis esperados em nosso planejamento.

Somos reconhecidos como uma Companhia sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade, sendo a Cemig, nossa controladora, a empresa que mais investe em cultura no Estado. Estamos presentes, por meio da Cemig, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Mesmo ainda convivendo com os efeitos da pandemia, esperamos que já em 2021 o Brasil apresentará sinais de recuperação econômica, o que certamente trará impactos positivos para os nossos negócios.

A administração, o corpo gerencial e a qualificada força de trabalho da Companhia estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento das expectativas das demais partes interessadas.

Estamos otimistas em relação ao futuro da Cemig GT.

Na preparação para esse futuro, concluímos a revisão do nosso planejamento estratégico no início de 2021, com o objetivo de “focar para vencer”, com priorização dos negócios regulados de geração e transmissão onde temos o controle, buscando segurança e níveis ótimos de eficiência, por meio de uma gestão moderna e sustentável.

Adicionalmente, iniciamos em 2020 o desenvolvimento de um projeto de cultura organizacional, reforçando e potencializando os nossos valores corporativos e comportamentos esperados, de forma convergente aos nossos princípios éticos, em um ambiente mais harmônico e produtivo.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig GT como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também seu potencial eólico, mapeado pela Cemig por meio do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 82 usinas, sendo 75 usinas hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.786 MW (informações não auditadas pelos auditores independentes).

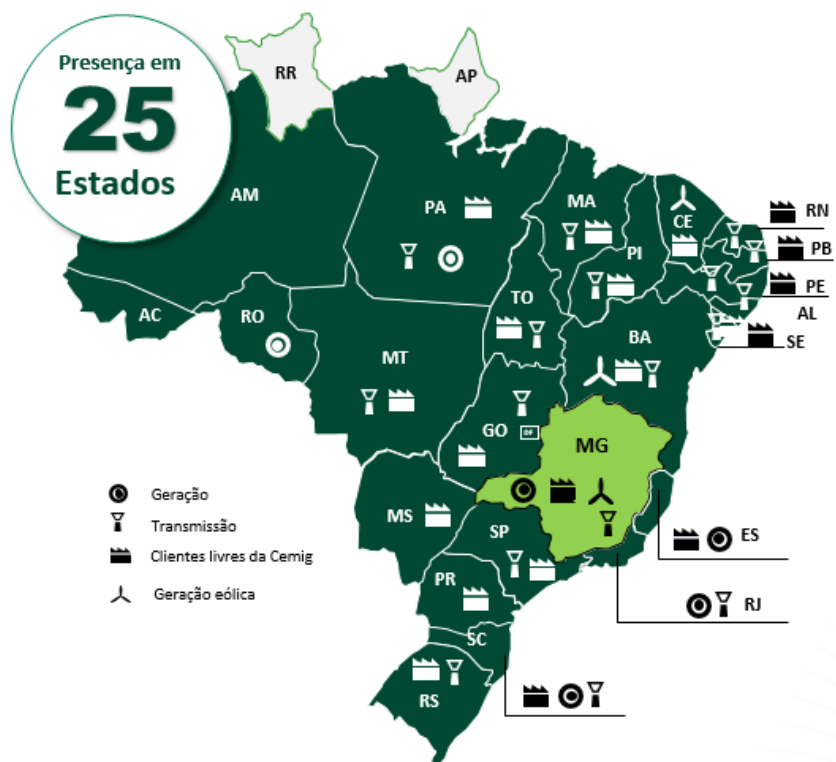
Transmissão

A Companhia opera e mantém 39 subestações e 4.930 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Companhia possui ativos de transmissão de outras 13 empresas, com as quais tem Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em 17 subestações (das quais três não são da Companhia) e 365 km de linhas de transmissão.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Companhia atua em várias regiões do País, com maior concentração na Região Sudeste.



Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig GT nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Companhia adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em nove princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

O ano de 2020 representou mais um ano de baixa hidrologia no Sistema Interligado Nacional (SIN). A Energia Natural Afluyente (ENA) média do ano ficou em 76% da média histórica, contra 74% em 2019. Apesar da longa sequência de baixas hidrologias, os efeitos da quarentena estabelecida em função da pandemia reduziram o consumo de energia no SIN e proporcionaram uma recuperação dos níveis dos reservatórios, que atingiram 60% ao final do período úmido. Durante o período seco, houve um rápido deplecionamento que levou os reservatórios do SIN a valores próximos dos mínimos históricos.

O PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste em 2020 foi R\$176,98/MWh, comparado a R\$227,10/MWh em 2019, representando uma redução de 22,07%. Apesar da piora na hidrologia, a redução do consumo de energia durante a pandemia levou os preços do primeiro semestre de 2020 a valores próximos ao mínimo, o que contribuiu para a variação do PLD no período. Ressalta-se ainda que o GSF (*Generation Scaling Factor*) apresentou valor médio pior em 2020 quando comparado a 2019, com o valor médio de 0,83 em 2020 frente a 0,91 em 2019.

Transmissão de energia elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Companhia é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (“RAPs”) para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando há Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período.

Em julho de 2020, foi homologado o resultado da revisão da RAP do ciclo 2018-2023 da Cemig GT (contrato de concessão 006/1997), concomitantemente com o reajuste da receita do ciclo 2020-2021, cujos resultados foram publicados na Resolução Homologatória nº 2.725/2020. A RAP homologada para o ciclo 2020-2021 é de R\$785 milhões, significando um aumento de 15,7% frente a RAP do ciclo 2019-2020.

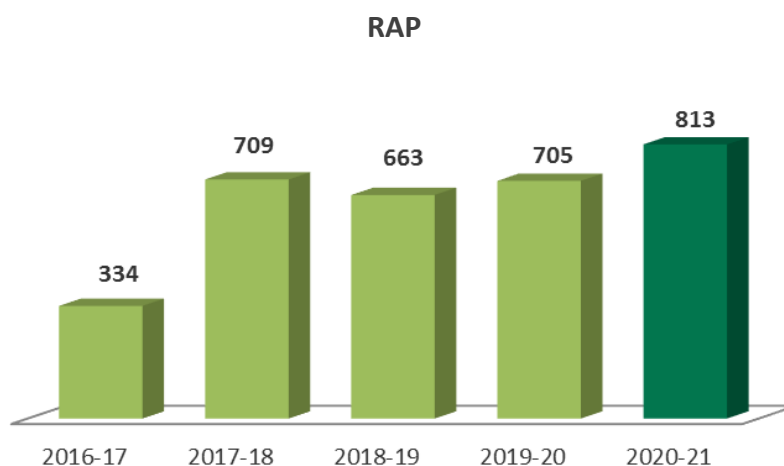
Com relação aos efeitos do reajuste do ciclo 2020-2021, destaque para a entrada em operação de novas obras ao longo do ciclo 2019-2020, cujas RAPs vigentes a partir de julho de 2020, somam R\$43 milhões a preço de junho de 2020.

A postergação da Revisão da RAP do ciclo 2018-2023 gerou uma Parcela de Ajuste de R\$165 milhões, referente aos efeitos positivos da revisão na receita dos ciclos de 2018-2019 e 2019-2020. Este montante será pago em três parcelas de R\$55 milhões (preços de junho/2020) nos ciclos de 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, corrigidas pelo IPCA.

Desta forma, no ciclo 2020-2021, a Parcela de Ajuste da Cemig GT 006/1997 foi de R\$44 milhões, sendo de R\$55 milhões referente a ajustes da postergação da revisão e R\$11 milhões negativos referente a demais ajustes.

Com relação a Cemig GT – Itajubá (CC 079/2000), a RAP foi reajustada em 6,5%, refletindo a variação do IGPM do período, somando em julho de 2020 uma RAP de R\$28 milhões.

No total, a receita homologada da Cemig GT, contrato 06/1997 e 079/2000, ficou em R\$858 milhões, sendo R\$813 milhões de RAP e R\$45 milhões de Parcela de Ajuste.



Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e será reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica.

Essa repactuação foi um importante avanço para o setor elétrico, reduzindo os níveis de judicialização, e também para a Cemig, com a extensão do prazo de suas concessões de geração de energia elétrica.

Os prazos de extensão divulgados pela CCEE, ainda pendentes de homologação pela Aneel, indicam uma extensão próxima a dois anos para duas das nossas principais usinas, Emborcação e Nova Ponte, além de 7 anos para as usinas do lote D, sem considerar ainda as demais usinas onde temos participação direta ou por meio de investidas.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Efeitos da Pandemia Covid-19 sobre as nossas operações

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação do Covid-19 como pandemia. Esse cenário fez com que as autoridades governamentais adotassem o distanciamento físico como medida de contenção da disseminação do vírus, o que impactou negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, desacelerando e/ou interrompendo suas cadeias de suprimentos, gerando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. Também foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise.

Em resposta ao cenário anunciado, a Companhia criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de tomar decisões para mitigar os efeitos da pandemia, proteger seus colaboradores e clientes e assegurar a prestação de seus serviços.

Os impactos da pandemia Covid-19 estão divulgados em maiores detalhes na nota explicativa nº 1.c – Contexto Operacional, dessas Demonstrações Financeiras. Apesar dos impactos da pandemia nos negócios da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

Lucro líquido do exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, em 2020, um lucro líquido de R\$1.056 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$901 milhões em 2019 (reapresentado), representando um aumento de 17,20%.

Em 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos relacionados ao negócio de transmissão em função da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida e harmonização de práticas contábeis do setor.

Em 2019, destaca-se o reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS no montante de R\$414 milhões (vide nota explicativa nº 9a), além do resultado positivo da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$504 milhões, parcialmente compensados pelo registro das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa da investida Renova, no montante de R\$688 milhões (vide nota explicativa nº 29) e das provisões para contingências judiciais referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de PLR, no montante de R\$187 milhões. Todos os valores líquidos de impostos.

As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

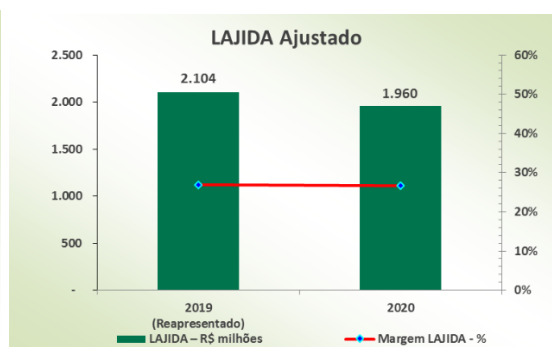
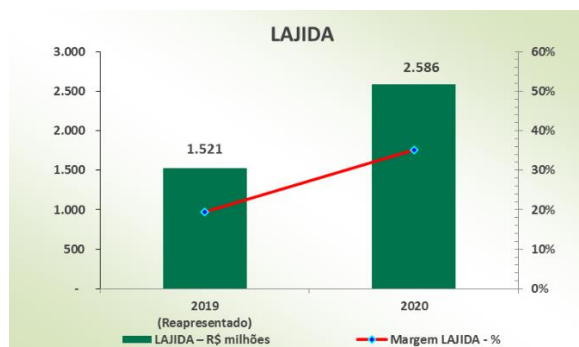
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, reduziu 6,84% em 2020 em comparação a 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 26,91% em 2019 para 26,64% em 2020.

O Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, aumentou 70,02% em 2020, em comparação a 2019 e a margem do Lajida da Companhia passou de 19,45% em 2019 para 35,15% em 2020.

Lajida – R\$ milhões	2020	2019 (Reapresentado)	Var %
Lucro líquido do exercício	1.056	901	17,20
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	424	638	(33,54)
+/- Resultado financeiro líquido	894	(234)	-
+ Depreciação e amortização	212	216	(1,85)
= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)	2.586	1.521	70,02
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- PIS/Pasep e Cofins s/ ICMS	-	(414)	-
+ Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Renova (nota 28)	-	688	-
- Resultado da RTP/ Uniformização das práticas contábeis (*)	(621)	(100)	521,00
+ Provisões Tributárias - INSS s/PRL	-	284	-
+/- Baixa de ativo e impairment	(5)	125	-
= Lajida ajustado (2)	1.960	2.104	(6,84)

(*) R\$429 referente ao efeito da revisão tarifária periódica antes da mudança de prática contábil e R\$192 referente aos ajustes decorrentes da uniformização das práticas contábeis.



- Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

A redução de 6,84% no Lajida ajustado em 2020 em comparação a 2019, decorre, principalmente, do maior volume de perdas líquidas com equivalência patrimonial em 2020. Maiores detalhes no decorrer deste Comentário.

O aumento do Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, de 70,02% em 2020, em comparação a 2019, está relacionado, principalmente, ao maior número de eventos não recorrentes com efeito no cálculo, conforme demonstrado na tabela anterior.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2020			2019		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	10.958.355	2.944	268,66	12.489.908	3.182	254,77
Comercial	4.187.321	905	216,11	4.121.020	891	216,21
Rural	16.814	5	272,21	3.038	1	329,16
Subtotal	15.162.490	3.854	254,15	16.613.966	4.074	245,22
Fornec. não faturado, líquido	-	(5)	-	-	16	-
	15.162.490	3.849	249,68	16.613.966	4.090	247,31
Suprim. outras concessionárias	14.037.374	3.437	244,85	12.050.102	3.015	250,21
Suprim. não faturado líquido	-	51	-	-	(67)	-
	29.199.864	7.337	-	28.664.068	7.038	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.337 milhões em 2020 em comparação a R\$7.038 milhões em 2019, representando um acréscimo de 4,25%, associado principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 20,35% na venda para comercializadoras e geradores de energia, que atingiu o montante de 11.808.227 MWh em 2020, comparado a 9.811.854 MWh em 2019, devido a um maior volume de vendas de curto prazo nos primeiros meses de 2020, com objetivo de resgatar parte do crédito que a Companhia possui na CCEE;
- referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 12,26% no consumo dos clientes livres das classes industrial, associada, principalmente, ao menor consumo de energia devido a pandemia Covid-19.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$511 milhões no exercício de 2020, comparados a R\$550 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 7,09%. As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$201 milhões em 2020, comparados a R\$312 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 35,58%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão em 2020, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços.

Por outro lado, houve aumento de 25,61% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$412 milhões e R\$328 milhões (reapresentado) em 2020 e 2019, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados ao contrato 006/1997, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020.

A revisão tarifária realizada em junho de 2020, para o contrato 006/1997, resultou no reconhecimento de receita de R\$529 milhões, sendo R\$322 milhões para os ativos de RBNI e R\$207 milhões para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória. Em dezembro de 2020, o contrato 079/2020 também foi submetido à revisão periódica tarifária, que resultou no reconhecimento de receita de R\$23 milhões (R\$22 líquidos de PIS/Pasep e Cofins). As receitas resultantes das revisões tarifárias periódicas representam, principalmente, a variação da taxa de remuneração regulatória para a atividade de transmissão e a remensuração ao Valor Novo de Reposição – VNR da base de remuneração regulatória - BRR.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pelo reajuste da RAP anual, ocorrido em julho de 2020, e que contempla os efeitos da inflação e das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 13 destas demonstrações financeiras.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$154 milhões em 2020 em comparação a R\$439 milhões em 2019, representando uma redução de 64,92%. Essa redução se deve, principalmente, à redução do GSF com a piora nas condições hidrológicas em 2020 e uma redução de 22,07% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$176,98/MWh em 2020 comparado a R\$227,10/MWh em 2019.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

No segundo trimestre de 2019, foram reconhecidos os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$414 milhões, resultantes do reconhecimento do direito da Companhia e suas controladas de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9a destas demonstrações financeiras.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.747 milhões em 2020 comparados a R\$1.824 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 4,22%. As principais variações estão descritas a seguir.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Anualmente, a Aneel aprova o orçamento do programa, sendo que os valores são recolhidos pela Companhia por meio da cobrança dos Encargos de Uso da Rede Básica e repassados integralmente à Eletrobrás, gestora destes recursos.

Os encargos referentes ao Proinfa foram de R\$39 milhões em 2020, comparados a R\$52 milhões em 2019, uma redução de 25%, devida, principalmente, a redução das cotas aprovadas para o programa em 2020, em comparação a 2019.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

O valor da CFURH corresponde a 7% da quantidade de MWh de origem hidráulica, multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referências (TAR), fixada anualmente pela Aneel.

Este encargo foi de R\$62 milhões em 2020, comparado a R\$43 milhões em 2019, um aumento de 44,19%, em função, principalmente, do aumento no volume de geração de energia elétrica em relação ao ano anterior (11.208 GWh em 2020 e 7.933 GWh em 2019), compensando a redução observada no Proinfa. Esse aumento de geração se deve às melhores condições hidrológicas verificadas em 2020, em comparação a 2019.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$5.348 milhões em 2020 em comparação a R\$6.433 milhões em 2019 (reapresentado), representando uma redução de 16,87%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.026 milhões em 2020, comparado a R\$3.841 milhões em 2019, representando um aumento de 4,82%.

Essa variação decorre, principalmente, do aumento das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$441 milhões em 2020, comparado a R\$113 milhões em 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, às posições deficitárias na CCEE assumidas pela Companhia no início de 2020, em razão da menor alocação de energia própria e GSF inferiores, além do aumento das vendas bilaterais de curto prazo. Também ocorreram déficits no final de 2020, ocasionados, principalmente, pela redução do GSF com a piora nas condições hidrológicas do sistema.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$307 milhões em 2020 comparada a R\$322 milhões em 2019, representando uma redução de 4,66%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 5,33% no número médio de empregados, sendo 1.276 em 2020 em comparação a 1.307 em 2019; e
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, também em função de Acordo Coletivo.

Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R\$36 milhões em 2020 em comparação a R\$63 milhões em 2019. Esta variação decorre basicamente da alteração nos critérios para cálculo da participação nos períodos em comparação, conforme disposto nos acordos coletivos relativo ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da Cemig de 2019 e 2020.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$94 milhões em 2020 em comparação a uma despesa de R\$88 milhões em 2019, representando um aumento de 6,82%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de 2019, que gerou o crescimento dos custos projetados para 2020, impactando nas despesas do ano corrente.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$147 milhões em 2020 em comparação a R\$220 milhões em 2019, uma redução de 33,18%. Essa variação decorre do menor volume de investimentos em 2020, em comparação a 2019.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$98 milhões em 2020 comparadas a R\$1.110 milhões em 2019, uma redução de 91,17%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- O principal efeito decorre do reconhecimento, em junho de 2019, de provisão decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688 milhões, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Maiores detalhes na nota explicativa nº 14;
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2019, de provisão de contingência tributária no montante de R\$284 milhões decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 23; e
- menor constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2020, no valor de R\$11 milhões em comparação à constituição de R\$38 milhões em 2019, em função, principalmente, da redução da inadimplência em 2020 ocasionada pela boa aceitação dos clientes no que se refere às regras de negociação aprovadas pela Companhia para enfrentamento dos impactos da pandemia do Covid-19.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 26c destas Demonstrações Financeiras.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$137 milhões em 2020 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$83 milhões em 2019. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”), que apresentaram resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$103 milhões em 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$22 milhões em 2019;
- Maiores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$185 milhões em 2020, em comparação ao resultado negativo de R\$189 milhões em 2019, uma melhora de 2,12%.
- Maiores ganhos com a investida Aliança Geração, que apresentou resultado positivo com equivalência patrimonial no montante de R\$89 milhões em 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$78 milhões em 2019, um aumento de 14,60%, compensando parcialmente os efeitos negativos das perdas com equivalência patrimonial de MESA e NESA.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$894 milhões em 2020 em comparação a uma receita financeira líquida de R\$234 milhões em 2019, associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Efeito líquido positivo do resultado da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que representou uma receita líquida de R\$4 milhões, em comparação R\$764 milhões em 2019, decorrente, principalmente, de:
 - Elevação da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma despesa financeira de R\$1.749 milhões em 2020, em comparação a uma despesa financeira de R\$234 milhões em 2019. Esse aumento decorre principalmente, da valorização do dólar em 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 29%, em comparação a 4% em 2019, com impacto negativo sobre o principal da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds); e
 - Elevação dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que foi de R\$1.753 milhões em 2020, em comparação a R\$998 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, da valorização do dólar futuro, que resultou no aumento do valor justo das opções (call spread) e da ponta ativa do “swap” dos juros, bem como da redução da curva DI (ponta passiva “swap”);
- Crescimento de 28% em 2020 em relação a 2019 dos juros sobre o empréstimo em moeda estrangeira, sendo de R\$850 milhões e R\$664 milhões, respectivamente, refletindo a variação cambial positiva de 29% no dólar durante o exercício (R\$4,03 em 2019 e R\$5,19 em 2020);
- Adicionalmente, o resultado financeiro líquido de 2019 foi afetado positivamente pelo reconhecimento de receita financeira no montante de R\$240 milhões, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas Demonstrações Financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no exercício 2020, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$424 milhões em relação ao lucro de R\$1.480 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 28,66% de alíquota efetiva. Em 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$638 milhões (reapresentado) em relação ao lucro de R\$1.539 milhões (reapresentado) antes dos efeitos fiscais, representando 41,95% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d) destas Demonstrações Financeiras.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e com fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$384 milhões, em comparação ao saldo de R\$212 milhões em 31 de dezembro de 2019, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2020 totalizou R\$2.565 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R\$743 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2019. Em 2020 a Companhia iniciou a compensação dos créditos do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS com os impostos federais a pagar, o que fez com que ocorresse uma saída menor de caixa para pagamento de impostos na comparação com 2019, sendo R\$144 milhões em 2020 e R\$701 milhões em 2019, ocorrendo ainda o levantamento dos depósitos judiciais em 2020 relacionados ao mesmo assunto no valor de R\$196 milhões. Também merece destaque o recebimento de R\$419 milhões em 2020 referente liquidação de operação de swap relacionada aos eurobonds (substituição da dívida de dólar para CDI).

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2020 totalizou R\$1.151 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$93 milhões gerado pelas atividades de investimento em 2019. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no volume de recursos transferidos para aplicação em títulos e valores mobiliários em 2020 (aplicação de R\$1.013 milhões e aplicação de R\$190 milhões em 2019), considerando a maior disponibilidade de recursos em 2020.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2020 totalizou R\$1.241 milhões em comparação a R\$926 milhões consumidos em 2019. Esse aumento é decorrente, principalmente, da maior amortização de empréstimos em 2020, no montante de R\$807 milhões, sendo que em 2019 a amortização de empréstimos foi de R\$610 milhões. Além disso, destaca-se o pagamento, em 2020, de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$418 milhões em comparação a R\$296 milhões pagos em 2019.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

Em 2020, sobretudo após o primeiro trimestre, com o agravamento da crise e incertezas ocasionadas pela pandemia, o mercado de dívida local mostrou-se mais seletivo, com menor profundidade e *spreads* maiores, cenário que mudou gradativamente, alcançando melhores condições ao longo do quarto trimestre. Em 2020, foram amortizados R\$807 milhões de dívida pela Companhia.

Corroborando com os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Companhia, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo. Em 2020, a Moody's elevou o rating da Cemig na escala nacional para A1 e o da escala global para Ba3, sendo que a Fitch elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA- e o da escala global para BB-. Dando sequência à essa percepção de melhoria das agências, já em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o rating da Cemig na escala nacional para BB- e o da escala global para AA+.

Na tabela a seguir está apresentada a posição de *rating* da Companhia nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		
Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	
S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

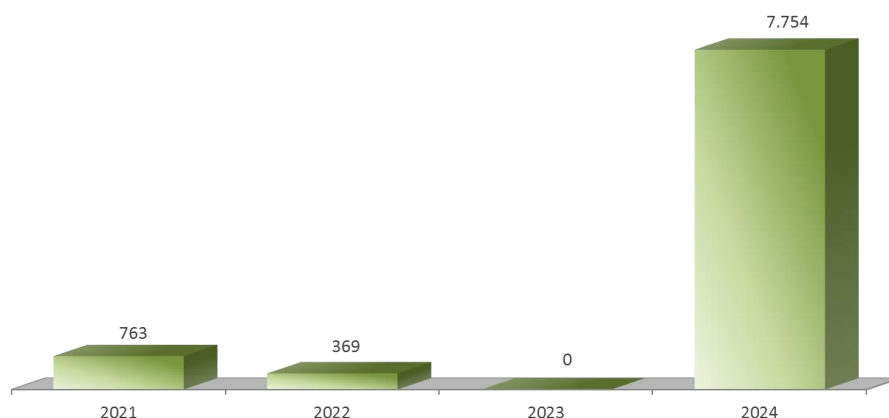
Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 20 destas Demonstrações Financeiras.

Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da empresa e da Cemig (controladora da Cemig GT), como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$8.886 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,7 anos. Mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras.

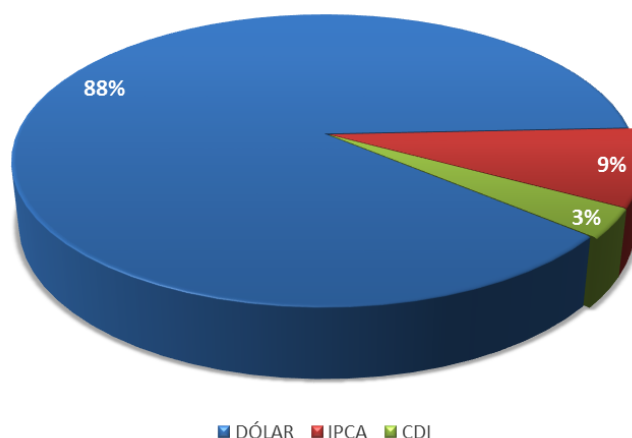
O cronograma de amortizações da dívida está evidenciado no gráfico a seguir:

Cronograma de amortizações da dívida
Posicionamento em dezembro de 2020 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, na qual percebe-se uma participação expressiva de dívida em moeda estrangeira, que por sua vez, está protegida contra a variação cambial por meio de instrumento de *hedge*, pela taxa de juros indexada ao CDI. O custo médio da dívida da Companhia é de 1,64% a.a. a preços constantes e de 4,83% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2020



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2021, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2020 no montante de R\$1.056 milhões, do saldo realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$10 milhões e do saldo de ajustes de exercícios anteriores referente à aplicação retrospectiva de política contábil no montante de R\$212 milhões:

- R\$53 milhões para constituição de reserva legal;
- R\$561 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos, da seguinte forma:
 - R\$225 milhões por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 23 de dezembro de 2020;
 - R\$336 milhões para pagamento dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$1 milhão seja mantido no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R\$223 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Lucros a Realizar, considerando a parcela do lucro líquido de 2020 ainda não realizada financeiramente;
- R\$440 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

INVESTIMENTOS

Investimentos em Geração:

Projeto PCH Poço Fundo: Em 13 de fevereiro de 2019 a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 7.598, concedeu prorrogação da concessão da PCH Poço Fundo até maio de 2045, prorrogação condicionada à ampliação das unidades geradoras.

No dia 06 de janeiro de 2020, foram iniciadas as obras de ampliação da capacidade de geração da PCH Poço Fundo, ao custo aproximado de R\$150 milhões, com previsão de operação comercial plena em abril de 2022.

Investimentos em Transmissão

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos nos anos anteriores nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos, o que permitiu ampliar o programa plurianual de investimentos para a Companhia de R\$1,1 bilhão para R\$1,45 bilhão nos próximos 5 anos, que viabilizará a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos e a mitigação de importantes riscos para a operação do sistema.

Os investimentos em 2020 foram de R\$147 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 9 integrantes efetivos, sendo 8 indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitida, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2020, foram realizadas 26 reuniões da Companhia para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimentos e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria é órgão colegiado de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e a efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 4 integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2020 foram realizadas 42 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Em 2020 foram realizadas 16 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses nem perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de Reais:

Serviços	2020	% em relação à auditoria	2019	% em relação à auditoria
Auditoria de Demonstrações Financeiras	2.511	100,00	2.070	100,00
Auditoria de obrigações acessórias no sistema público de escrituração digital – SPED	239	9,52	338	16,34
Total	2.750	109,52	2.408	116,34

Os serviços de auditoria de obrigações acessórias no SPED foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria de Demonstrações Financeiras, sendo restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Ressalta-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo os mencionados acima deve ser obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos possibilita administrar propriamente os riscos dos objetivos do negócio, permitindo influenciar e alinhar as estratégias e performances das áreas da empresa.

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2020, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos – *Top Risks* vigente para o exercício.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção, têm como titulares os Diretores da Companhia, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda, a matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente. Os controles são testados e monitorados pela Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia e são reportados periodicamente aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política aplica-se à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos relacionados às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes.

Ataque cibernético

Em 25 de dezembro de 2020, a Companhia, bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Nesse contexto, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, foram tomadas medidas para combater o acesso e eventual uso indevido dos dados, incluindo investigações e auditorias dos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, foi realizada auditoria e avaliação forense do ataque sofrido e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de diferentes fatores, tais como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- Possibilitar a capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- Construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- Elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

Ao longo de 2020, foram executados seis projetos contratados em 2019, resultantes de um Edital Específico associado aos “3D”, denominado Cemig 4.0, com encerramento esperado para 2021, contemplando as seguintes iniciativas:

- Gestão inteligente da cadeia de fornecedores;
- Inteligência na experiência do usuário;
- Gestão de ativos;
- Centro de operação do futuro;
- Recursos energéticos distribuídos.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2020, a Cemig Geração e Transmissão executou 30 projetos de P&D, resultando em um investimento de R\$19,97 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Adequação do sistema de realidade virtual da Cemig para a integração com recursos de inspeção por imagens em tempo Real e treinamento conjunto das equipes de campo e do COS;
- Dispositivo Individual para Notificação (DIN) em caso de emergência com barragens;
- Ferramenta para definição de preços futuros na composição ótima de portfólio de compra e venda de energia;
- Processos Ecológicos: Desenvolvimento de novas ecotecnologias de diagnóstico e processos ambientais (Projeto PROECOS).

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Companhia é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2020 são:

Programa proximidade: Criado pela Cemig para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas da Empresa, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros em que especialistas fazem palestras objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios, fazer a preparação inicial do Plano de Ação de Emergências (PAE), além de divulgar as ações ambientais da Cemig conduzidas nos reservatórios das barragens. Outros assuntos como segurança de barragens e convivência segura com o sistema elétrico, também estão entre os temas abordados.

Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, não foram realizados os eventos padrões do Programa Proximidade com as comunidades do entorno. Porém, a bandeira do Proximidade se fez presente nas reuniões virtuais junto às Defesas Civas (COMPDECs), na continuidade das tratativas do PAE-Planos de Ação de Emergência das usinas da Cemig.

Foram realizadas reuniões com Órgãos de Defesa Civil (COMPDECs) de 12 municípios, realizando a entrega oficial (ou atualização) dos PAEs externos de 9 barragens, apresentando os estudos de Propagação das Manchas de Inundação para cenários de ruptura e cheias excepcionais, com indicativos de determinação de pontos de encontro e rotas de fuga. Também foram executadas as oficinas de treinamentos do aplicativo Proximidade, como ferramenta de gestão de riscos, notificação de alertas e ação de cadastros para uso dos COMPDECs.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2020 do AI6% envolveu a participação de 1.548 empregados da Cemig que, voluntariamente, destinaram R\$1,2 milhão, com o intuito de beneficiar aproximadamente 24 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 163 instituições. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R\$890 mil. No total, foram destinados R\$2,1 milhões para entidades distribuídas em 85 municípios da área de influência da Empresa.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Em 2020, a Cemig GT destinou R\$5,2 milhões no patrocínio de 7 projetos culturais.

Com o distanciamento social decorrente da pandemia Covid-19, a Cemig fortaleceu a campanha de projetos de forma virtual por meio de uma agenda cultural divulgada nas redes sociais, imprensa e rádio. Também apoiou mais de mil conteúdos disponibilizados em rede, incluindo visitas virtuais, lives, música, cinema e teatro. Além disso, a Cemig patrocina grandes nomes da cultura mineira, tais como a Fundação Clóvis Salgado, Instituto Inhotim, Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Grupo Galpão, Grupo Corpo, entre outros expoentes da cultura mineira.

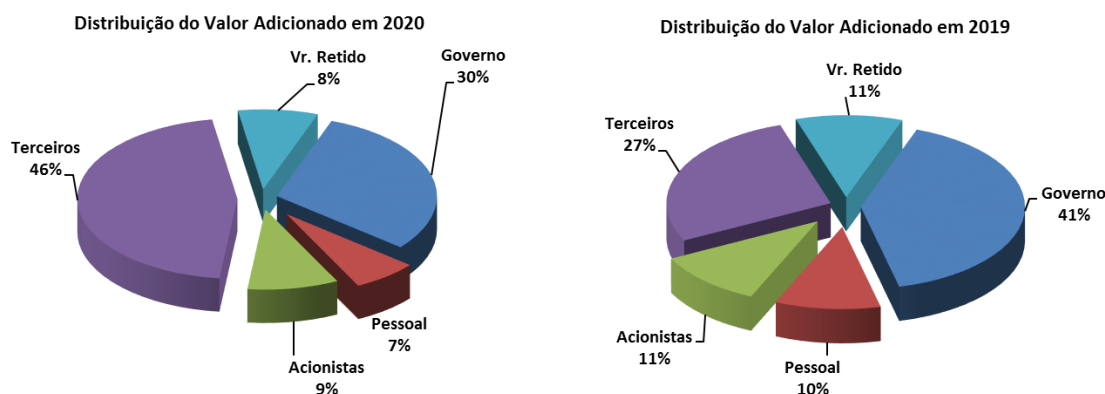
Esportes:

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Companhia, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou duas chamadas públicas em 2020 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via Leis Federal ou Estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 189 projetos ao todo (109 do edital federal e 80 do edital específico) e destinamos aproximadamente R\$4,4 milhões para os projetos mais bem avaliados.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade com R\$6.107 milhões de valor adicionado em 2020 em comparação a R\$4.210 milhões em 2019 (reapresentado).

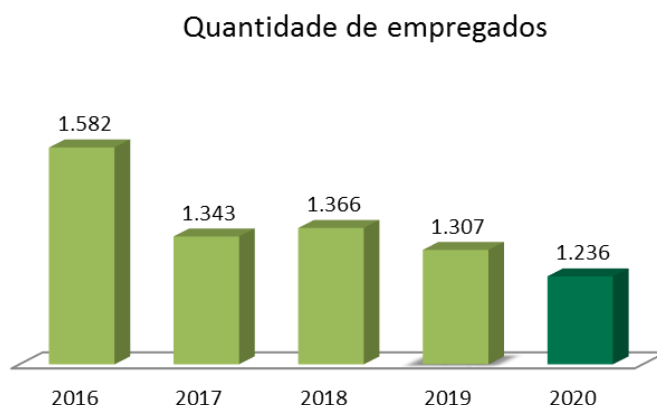


Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 1.582 empregados em 2016 para 1.236 em 2020, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Adicionalmente, aprovamos uma alteração em nossa política de pessoal que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, nos casos onde o processo de recrutamento externo se apresenta mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais. Importante ressaltar que a Companhia continuará a incentivar e priorizar o crescimento profissional dos seus empregados, valorizando a reconhecida capacidade técnica e comprometimento dos seus colaboradores.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico e também com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados, por meio da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamento para outras empresas, principalmente empresas prestadoras de serviços para a Cemig Distribuição.

Em 2020, foram viabilizadas 851 participações em treinamentos técnicos presenciais para empregados da Cemig GT totalizando 16.740 homem-hora treinados.

Destaca-se que os treinamentos disponibilizados no formato de ensino a distância (EAD) nesse período tiveram um papel importante, com um aumento considerável na demanda, sendo registradas mais de 4.682 participações com mais de 9.657 homem-hora treinados em 22 cursos ofertados, entre eles o treinamento de protocolo de saúde e segurança, uso seguro da energia, assédio moral e sexual e treinamento e adesão anual à Declaração de princípios éticos e código de conduta profissional – 2020, todos disponibilizados aos empregados, conselheiros fiscais, de administração, contratados e estagiários.

A Cemig acredita que a capacitação de sua força de trabalho é fundamental para alcançar os objetivos estratégicos com sustentabilidade.

Clima e Cultura Organizacional

Em fevereiro de 2020, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional.

Com o objetivo de identificar e promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, a Cemig iniciou, em junho de 2020, o Novas Energias, programa de potencialização cultural que busca o desenvolvimento de comportamentos que ainda não estão sedimentados, mas que são fundamentais para levar a Cemig a ter um modelo de gestão mais atual, com resultados mais sustentáveis e perenes. Foi realizado, em julho de 2020, o mapeamento cultural, sendo possível identificar os pontos fortes da Companhia e também os principais desafios e metas a serem traçados nos próximos anos.

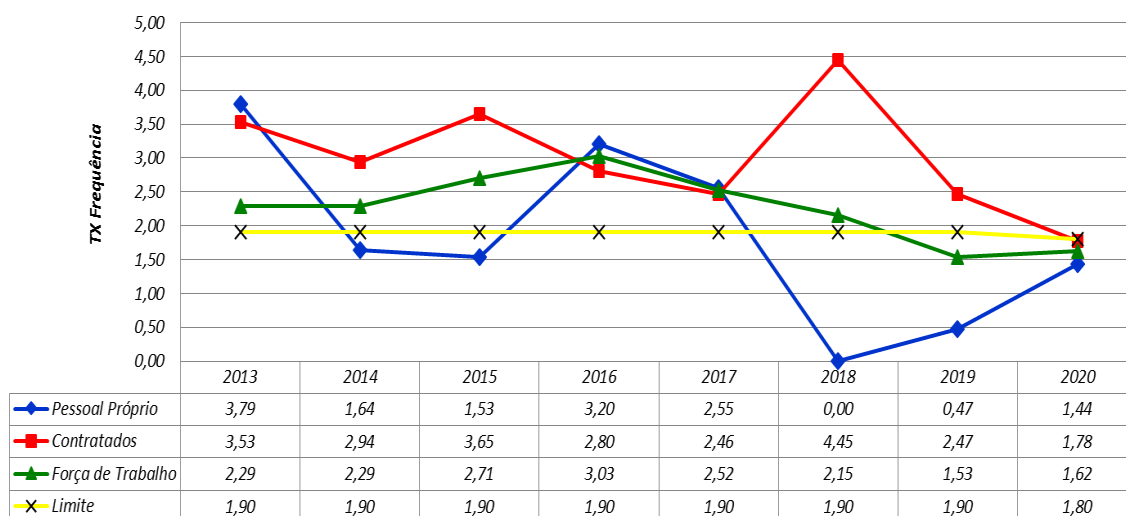
Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

O ano de 2020 foi extremamente atípico em função da pandemia que desde o mês de março alterou de forma significativa as condições de trabalho e a rotina das atividades na empresa, exigindo a adoção de uma série de protocolos para resguardar a saúde e integridade dos empregados de nossa força de trabalho.

O indicador medido da Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho da Companhia vem decaindo continuamente nos últimos anos. O encerramento de 2019 foi de 1,53 acidentados com afastamento por milhão de homens-horas trabalhados. Em dezembro de 2020, última apuração registrada, o indicador foi de 1,62 sinalizando um aumento de 5,89% ao compararmos com o resultado registrado em 2019, e 10% abaixo do limite de 1,80.

Considerando esses resultados, a Companhia intensificou as suas ações na área de saúde e segurança, que envolvem toda a força de trabalho, com a revisão dos procedimentos de segurança, aumento de horas de treinamento/reciclagens e discussões com os fornecedores, visando a melhoria dos indicadores de qualidade para o ano de 2021.

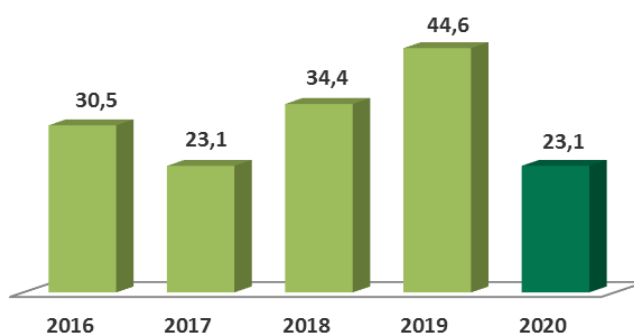
Taxa de Frequência Com Afastamento Acumulado no Ano - TFA CEMIG GT



Meio ambiente

Em 2020, a Companhia totalizou cerca de R\$23,1 milhões em recursos aplicados em meio ambiente. Os investimentos em 2020 foram menores que em 2019 em função das limitações de execução durante o período da pandemia. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental. Os recursos foram aplicados em investimentos, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.

Recursos Aplicados em Meio Ambiente (R\$ milhões)



Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade pela Companhia, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso. Trata-se de um recurso sensível às variações climáticas, vulnerável às consequências da exploração de outros recursos naturais, bastante impactado por ações antrópicas e sujeito ao ambiente regulatório, fazendo com que a gestão e a conservação da água sejam assuntos relevantes para a Companhia, com a gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

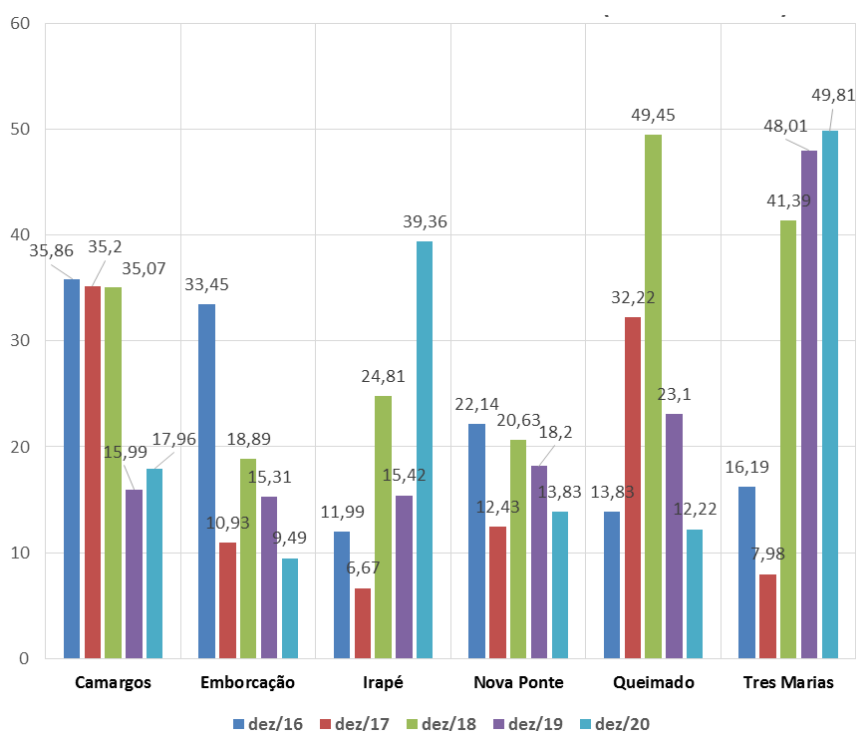
O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. A operação de reservatórios que a Companhia utiliza para geração de energia hidrelétrica implica, essencialmente, a consideração dos usos múltiplos da água por outros usuários da bacia hidrográfica, o que, por sua vez, leva à necessidade de considerar uma série de restrições de caráter ambiental, de segurança, sistemas de irrigação, abastecimento humano, hidrovias, pontes, entre outras, rigidamente respeitadas pela Companhia. Em períodos de estiagem severa, como o atual, vividos desde 2013, o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para os demais usos desse recurso.

A Cemig disponibiliza em seu website dados e informações diárias dos níveis de vários de seus reservatórios.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, participa ativamente em colegiados de decisão e fóruns, acompanhando e propondo decisões mais adequadas ao setor elétrico, conciliando com os múltiplos usos das bacias hidrográficas, tais como os Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

No gráfico abaixo são apresentadas as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2020, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)



Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo à lei nº 12.334/2010, e lei nº 14.066/2020 (em fase de regulamentação), que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, foi escolhida a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades e lista de contatos; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Periodicamente, são feitos treinamentos internos e externos desses planos de ação de emergência – PAEs.

Apesar das complicações da Pandemia Covid-19 no ano de 2020, a Cemig manteve minimamente a política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em situações de emergência, especificamente, os COMPDECS - Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil. Também realizou videoconferências, treinamentos e workshops virtuais.

Trabalhou temas inseridos no tratamento da lei nº 12.334/2010 e Lei nº 14.066/2020) e Resolução Normativa da Aneel nº 696/2015, apresentando a estratégia de alerta/alarme e meios de comunicação em situações de emergência de rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência. Isto posto, o documento foi segregado em dois públicos alvos:

- PAE interno: no qual todos os procedimentos de detecção, prevenção e correção a serem adotados em situação de emergência estão descritos para que o corpo técnico envolvido possa tomar as decisões de maneira mais adequada e ágil, tentando ao máximo preservar a estrutura do barramento e evitar o acidente;
- PAE externo: no qual são desenhadas as interfaces entre a empresa e o público externo durante as situações de emergências detectadas.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 696/2015, os PAEs internos vem sendo tratados pelas gerências internas da empresa responsáveis pela operação e manutenção das usinas hidrelétricas e sendo disponibilizados aos empreendimentos e equipe técnica de segurança de barragens e manutenção civil. Os PAEs externos devem estar disponíveis nos empreendimentos, nas prefeituras envolvidas, bem como junto às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil.

O documento externo foca em apresentar o risco de inundação causado por cheias ordinárias e por possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig.

Devido às dificuldades decorrentes da pandemia Covid-19 e 2020 ser um ano de pleito eleitoral com possíveis mudanças de equipe de COMPDECs a partir de 2021, foi adotada a estratégia de direcionar os trabalhos em alguns COMPDECs. O trabalho focou nos municípios listados na ZAS das PCHs Cajuru e Gafanhoto, Divinópolis e Carmo do Cajuru, pelo histórico de relação desses COMPDECs com a Cemig e pela proximidade com Belo Horizonte.

No período de julho a dezembro foram executadas as ações de integração dos PAEs das PCHs Cajuru e Gafanhoto aos respectivos PLANCONs de Carmo do Cajuru e de Divinópolis. Ação de cadastro da população moradora na zona de auto salvamento na mancha de inundação, determinação para 32 pontos de encontro e 162 rotas de fuga. Para garantir as ações programadas de integração do PAE ao PLANCON, foram realizadas cinco reuniões virtuais e seis ações presenciais.

O grande diferencial da abordagem adotada pela Cemig é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação. Além disso, o Programa Proximidade disponibilizou um aplicativo móvel, de relacionamento com a população e com as COMPDECs. Além de informações hidrológicas e operacionais de usinas da Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Gestão de resíduos

Em 2020, foram encaminhadas para destinação final 1.033 toneladas de resíduos industriais: 99,63% desses resíduos foram alienados ou reciclados e 0,37% foram coprocessados.

Programas para a ictiofauna

As ações do Peixe Vivo são sustentadas em três pilares: (a) Programas de Conservação e Manejo, que visam à adoção das melhores práticas para conservação de peixes; (b) Pesquisa e Desenvolvimento, que amplia o conhecimento científico sobre a ictiofauna e proporciona subsídios para estratégias de conservação mais eficientes; e (c) Relacionamento com a Comunidade que divulga as ações e resultados do Programa para a sociedade, buscando seu envolvimento na construção do planejamento estratégico.

Durante o ano de 2020, foram executados 5 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, bem como publicados 23 trabalhos (2 teses, 2 dissertações, 4 monografias, 1 livro, 4 resumos científicos e 10 artigos científicos) relacionados aos projetos ou ações do Programa Peixe Vivo, apresentando resultados de projetos em andamento e encerrados. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 64 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1) Base de cálculo	2020 Controladora			2019 Controladora Reapresentado		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita líquida (RL)				6.328.745		6.785.941
Resultado operacional (RO)				2.202.401		1.151.129
Folha de pagamento bruta (FPB)				287.008		302.199
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	17.988	6,27	0,28	19.041	6,30	0,28
Encargos sociais compulsórios	69.343	24,16	1,10	82.509	27,30	1,22
Previdência privada	20.306	7,08	0,32	21.031	6,96	0,31
Saúde	12.009	4,18	0,19	12.001	3,97	0,18
Segurança e medicina no trabalho	4.882	1,70	0,08	5.070	1,68	0,07
Educação	234	0,08	0,00	282	0,09	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.222	2,17	0,10	13.098	4,33	0,19
Creches ou auxílio-creche	583	0,20	0,01	516	0,17	0,01
Participação nos lucros ou resultados	35.648	12,42	0,56	62.528	20,69	0,92
Outros	4.817	1,68	0,08	4.950	1,64	0,07
Total - Indicadores sociais internos	172.032	59,94	2,72	221.026	73,14	3,26
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	0	0,00	0,00	14.735	1,28	0,22
Cultura	4.849	0,22	0,08	180	0,02	0,00
Saúde e saneamento	0	0,00	0,00	130	0,01	0,00
Esporte	1.749	0,08	0,03	1.286	0,11	0,02
Outros doações/subvenções/projeto ASIN	35	0,00	0,00	2.311	0,20	0,03
Total das contribuições para a sociedade	6.633	0,30	0,10	18.642	1,62	0,27
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.522.889	69,15	24,06	1.325.493	115,15	19,53
Total - Indicadores sociais externos	1.529.522	69,45	24,17	1.344.135	116,77	19,81
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	15.324	0,70	0,24	22.071	2,10	0,33
Total dos investimentos em meio ambiente	15.324	0,70	0,24	22.071	2,10	0,33
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			1.236			1.307
Nº de admissões durante o exercício			12			87
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			22			37
Nº de estagiários (as)			-			56
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			506			521
- 2º Grau			723			778
- 1º Grau			6			8
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			482			496
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			177			183
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			11,29%			9,23%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			54			58
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			1,61%			1,54%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			33			32

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	25,24		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	16		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia -	no Procon -	na Justiça 1
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2020: R\$6.106.828		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	30,42% governo; 9,20% acionistas; 6,62% colaboradores(as); 45,67% terceiros; 8,09% retido		
7) Outras Informações	2020		
Investimentos em questões ambientais	R\$ 15.324.406,30		
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 178 estações de coleta		
Resíduos e materiais inservíveis	622 toneladas		
Receita com as vendas dos resíduos	R\$ 2.595.916,74		

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2020 Controladora	2019 Controladora Reapresentado
Atendimento		
Número de consumidores	2.336	1.601
Número de empregados	1.236	1.307
Energia vendida por empregado - MWh	21.941	21.116
Mercado		
Geração própria - GWh	7.155	5.533
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	235,51	222,54
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	21	21
Capacidade Instalada (MW)	2.303	2.303
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.329	6.786
Margem operacional - %	34,80%	16,96%
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	2.586	1.521
Resultado - R\$ milhões	1.056	901
Resultado por ação	0,36	0,31
Patrimônio líquido - R\$ milhões	5.842	5.348
Valor patrimonial por ação	2,02	1,85
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	18,07%	16,85%
Endividamento do patrimônio líquido - %	243,18%	233,55%
Liquidez Corrente	1,38	1,13
Liquidez Geral	0,77	0,69

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor Presidente
Dimas Costa	Diretor Cemig Comercialização
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques	Diretor Cemig Geração e Transmissão
Maurício Dall'Agnese	Diretor Cemigpar
Marney Tadeu Antunes	Diretor sem denominação específica
Eduardo Soares	Diretor de Regulação e Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
NOMES
Márcio Luiz Simões Utsch
Vago
Cledorvino Belini
José Reinaldo Magalhães
Afonso Henriques Moreira Santos
José João Abdalla Filho
Marcelo Gasparino da Silva
Paulo César de Souza e Silva
Marco Aurélio Dumont Porto

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa	Igor Mascarenhas Eto
Fernando Scharlack Marcato	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti	Fernando Passalio de Avelar
Michele da Silva Gonsales Torres	Ronaldo Dias
Cláudio Morais Machado	Carlos Roberto de Albuquerque Sá

COMITÊ DE AUDITORIA
NOMES
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)
Márcio de Lima Leite
Roberto Tommasetti
Afonso Henriques Moreira Santos

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E 01 DE JANEIRO DE 2019

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2020	2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	384.397	211.608	301.696	290.995	136.208	226.830
Títulos e valores mobiliários	7	1.132.281	372.678	161.848	889.671	128.175	12.922
Consumidores e revendedores	8	910.455	1.033.281	879.875	797.580	912.315	730.991
Concessionários - transporte de energia	8	109.908	95.815	71.164	111.066	95.898	71.236
Tributos compensáveis	9	347.801	51.182	48.505	339.018	43.700	41.166
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	467.700	364.562	159.160	465.246	363.049	156.738
Dividendos a receber	14	117.110	112.043	98.842	117.404	112.337	98.842
Ativo financeiro da concessão	12	258.588	250.565	242.516	-	-	-
Ativos de contrato	13	718.430	576.184	482.144	718.430	576.184	482.144
Instrumentos financeiros derivativos	29	522.579	234.766	69.643	522.579	234.766	69.643
Outros		134.942	151.187	192.111	104.781	157.122	173.814
TOTAL DO CIRCULANTE		5.104.191	3.453.871	2.707.504	4.356.770	2.759.754	2.064.326
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários	7	254.481	916	21.498	199.928	315	1.709
Consumidores e revendedores	8	6.774	5.942	5.020	2.872	573	5.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	10.969	5.100	-	-	-	-
Tributos compensáveis	9	54.760	676.051	17.825	23.851	647.934	17.068
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	-	3.067	3.115	-	-	-
Depósitos vinculados a litígios	11	160.321	364.277	374.374	151.838	350.051	338.779
Instrumentos financeiros derivativos	29	2.426.351	1.456.178	743.692	2.426.351	1.456.178	743.692
Outros		55.084	64.472	1.090.844	57.656	64.061	1.097.124
Ativo financeiro da concessão	12	3.106.812	3.033.853	2.982.616	816.202	816.202	816.202
Ativos de contrato	13	2.916.272	2.499.374	2.426.520	2.916.272	2.499.374	2.426.520
Investimentos	14	3.755.799	4.041.565	4.205.308	7.257.319	7.341.485	7.488.441
Imobilizado	15	2.405.681	2.448.487	2.659.221	1.773.139	1.822.191	2.025.205
Intangível	16	156.486	155.587	197.583	26.724	28.260	30.715
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	17a	41.884	52.984	-	40.018	51.581	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.351.674	14.807.853	14.727.616	15.692.170	15.078.205	14.990.475
TOTAL DO ATIVO		20.455.865	18.261.724	17.435.120	20.048.940	17.837.959	17.054.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E 01 DE JANEIRO DE 2019

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2020	2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	764.810	918.098	604.211	733.520	739.872	604.211
Fornecedores	18	465.939	422.312	484.726	392.574	396.317	436.114
Imposto de renda e contribuição social	10b	128.012	133.868	112.057	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	165.241	103.368	101.201	149.775	91.128	89.990
Encargos regulatórios	21	172.619	168.785	139.457	160.872	157.638	131.615
Obrigações pós-emprego	22	66.206	62.550	57.052	66.206	62.550	57.052
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	28	891.998	781.769	660.068	891.998	781.769	659.622
Salários e encargos sociais		52.106	51.020	62.724	51.150	50.048	61.743
Opções de venda (SAAG)	29	536.155	-	-	536.155	-	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17b	8.702	16.724	-	7.908	16.097	-
Outras obrigações		172.668	169.138	114.458	161.472	155.490	113.167
TOTAL DO CIRCULANTE		3.424.456	2.827.632	2.335.954	3.151.630	2.450.909	2.153.514
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	8.120.901	6.968.685	7.594.701	8.120.901	6.968.685	7.431.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	773.560	512.135	536.613	754.603	491.587	510.953
Impostos, taxas e contribuições	19	262.745	226.237	223.706	262.673	225.957	223.385
Encargos regulatórios	21	56.953	45.298	59.349	47.746	39.983	54.048
Obrigações pós-emprego	22	1.391.479	1.372.337	1.019.794	1.391.479	1.372.337	1.019.794
Provisões	23	418.548	400.457	98.708	418.261	400.205	97.793
Opções de venda (SAAG)	29	-	482.841	419.148	-	482.841	419.148
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17c	35.841	38.335	-	34.678	37.502	-
Outras obrigações		129.211	39.926	21.651	24.798	20.112	19.336
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.189.238	10.086.251	9.973.670	11.055.139	10.039.209	9.775.791
TOTAL DO PASSIVO		14.613.694	12.913.883	12.309.624	14.206.769	12.490.118	11.929.305
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	24	4.000.000	2.600.000	2.600.000	4.000.000	2.600.000	2.600.000
Reservas de lucros		2.072.877	2.757.210	2.362.614	2.072.877	2.757.210	2.362.614
Ajustes de avaliação patrimonial		(230.706)	(221.009)	17.522	(230.706)	(221.009)	17.522
Lucros acumulados		-	211.640	145.360	-	211.640	145.360
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.842.171	5.347.841	5.125.496	5.842.171	5.347.841	5.125.496
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.455.865	18.261.724	17.435.120	20.048.940	17.837.959	17.054.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	25	7.356.088	7.820.387	6.328.745	6.785.941
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	26				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(199.246)	(189.901)	(146.371)	(137.186)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.026.190)	(3.841.262)	(3.905.833)	(3.780.346)
		(4.225.436)	(4.031.163)	(4.052.204)	(3.917.532)
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e administradores		(257.605)	(274.004)	(238.078)	(254.458)
Materiais		(15.326)	(20.640)	(8.518)	(13.399)
Serviços de terceiros		(121.340)	(124.494)	(81.677)	(83.899)
Depreciação e amortização		(183.173)	(195.969)	(136.677)	(137.987)
Provisões operacionais, líquidas	26c	(33.325)	(317.406)	(33.234)	(318.067)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	26e	(146.652)	(220.390)	(146.652)	(220.390)
Outros custos operacionais		(66.064)	(46.174)	(15.426)	(20.379)
		(823.485)	(1.199.077)	(660.262)	(1.048.579)
CUSTOS TOTAIS		(5.048.921)	(5.230.240)	(4.712.466)	(4.966.111)
LUCRO BRUTO		2.307.167	2.590.147	1.616.279	1.819.830
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	26c	(11.054)	(38.407)	(1.198)	(7.576)
Despesas gerais e administrativas		(109.480)	(121.683)	(104.982)	(121.683)
Despesas com provisões operacionais	26c	(258)	(690.690)	(258)	(690.690)
Outras despesas operacionais		(178.446)	(351.772)	(177.326)	(330.076)
		(299.238)	(1.202.552)	(283.764)	(1.150.025)
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	13	502.108	-	502.108	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	(136.548)	(82.668)	353.953	503.008
Ajuste referente à reversão (perda) por desvalorização em investimentos	14	-	-	13.825	(21.684)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		2.373.489	1.304.927	2.202.401	1.151.129
Receitas financeiras	27	1.890.015	1.383.270	1.864.996	1.336.943
Despesas financeiras	27	(2.783.844)	(1.149.320)	(2.753.770)	(1.130.003)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.479.660	1.538.877	1.313.627	1.358.069
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(167.677)	(549.733)	4.747	(362.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(256.448)	(87.786)	(262.839)	(94.470)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.055.535	901.358	1.055.535	901.358
Lucro básico e diluído por ação – R\$	24	0,36	0,31	0,36	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.055.535	901.358	1.055.535	901.358
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 22)	520	(334.810)	520	(334.810)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10c)	(177)	113.836	(177)	113.836
	343	(220.974)	343	(220.974)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.055.878	680.384	1.055.878	680.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019 (reapresentado)	2.600.000	2.362.614	17.522	145.360	5.125.496
Lucro líquido do exercício	-	-	-	901.358	901.358
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	(220.974)	-	(220.974)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(220.974)	901.358	680.384
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva de incentivos fiscais (nota 24c)	-	(1.166)	-	1.166	-
Realização do custo atribuído de imobilizado (nota 24f)	-	-	(17.557)	17.557	-
Reserva legal (nota 24c)	-	41.754	-	(41.754)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,09 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	(270.000)	(270.000)
Dividendos estatutários (R\$0,06 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	(188.039)	(188.039)
Reserva de retenção de lucros (nota 24c)	-	354.008	-	(354.008)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (reapresentado)	2.600.000	2.757.210	(221.009)	211.640	5.347.841
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.055.535	1.055.535
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	343	-	343
Resultado abrangente do exercício	-	-	343	1.055.535	1.055.878
Aumento de capital (nota 24a)	1.400.000	(1.400.000)	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva de incentivos fiscais (nota 24c)	-	877	-	(877)	-
Realização do custo atribuído de imobilizado (nota 24f)	-	-	(10.040)	10.040	-
Reserva legal (nota 24c)	-	52.733	-	(52.733)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,08 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	(225.200)	(225.200)
Dividendos estatutários (R\$0,12 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	(336.348)	(336.348)
Reserva de lucros a realizar (nota 24c)	-	222.935	-	(222.935)	-
Reserva de retenção de lucros (nota 24c)	-	439.122	-	(439.122)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.000.000	2.072.877	(230.706)	-	5.842.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		1.055.535	901.358	1.055.535	901.358
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	26	211.514	215.522	152.358	157.541
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		(7.688)	103.105	(12.621)	86.583
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	13	(813.824)	(737.631)	(466.767)	(419.364)
Equivalência patrimonial	14	136.548	82.668	(353.953)	(503.008)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	14	-	-	(13.825)	21.684
Provisão para perda no valor recuperável de intangível	16	(13.825)	21.684	-	-
Juros e variações monetárias		967.648	801.096	959.225	785.521
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	20	1.749.000	233.846	1.749.000	233.846
Efeitos da Revisão Tarifária Periódica da RAP	13	(551.852)	-	(551.852)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	20	12.095	11.706	12.095	11.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	256.448	87.786	262.839	94.470
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	9a	(11.497)	(651.355)	(11.019)	(622.866)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	26c	44.637	1.046.503	34.690	1.016.333
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	29	(1.752.688)	(997.858)	(1.752.688)	(997.858)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	29	53.314	63.693	53.314	63.693
Obrigações pós-emprego	22	105.802	100.458	105.802	100.458
Outros		58.469	(15.281)	58.466	(15.281)
		1.499.636	1.267.300	1.280.599	914.816
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		110.940	(192.735)	111.238	(184.453)
Tributos compensáveis		7.419	(7.539)	11.034	(7.381)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(53.305)	(12.222)	(21.479)	(5.763)
Concessionários e transporte de energia		(14.093)	(24.651)	(15.168)	(24.662)
Depósitos vinculados a litígios		207.829	22.323	201.981	372
Dividendos recebidos	14b	153.732	133.617	603.979	665.028
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	12 e 13	725.550	511.452	459.475	252.471
Outros		28.216	62.199	61.017	44.658
		1.166.288	492.444	1.412.077	740.270
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		43.627	(62.414)	(3.743)	(39.797)
Impostos, taxas e contribuições		214.842	(49.190)	211.820	(50.178)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		167.677	549.733	(4.747)	362.241
Salários e contribuições sociais		1.086	(11.704)	1.102	(11.695)
Encargos regulatórios		15.489	15.277	10.997	11.958
Obrigações pós-emprego	22	(82.484)	(77.227)	(82.484)	(77.227)
Adiantamento de clientes		-	(40.894)	-	(40.894)
Outros		59.417	40.139	(21.604)	13.813
		419.654	363.720	111.341	168.221
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.085.578	2.123.464	2.804.017	1.823.307
Juros recebidos		-	24.578	-	24.578
Imposto de renda e contribuição social pagos		(144.328)	(700.911)	-	(542.646)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(794.600)	(803.307)	(793.214)	(803.307)
Juros instrumentos financeiros derivativos (swap) pagos		418.731	100.106	418.731	100.106
Juros pagos de arrendamentos	17	(736)	(1.087)	(723)	(1.054)
		2.564.645	742.843	2.428.811	600.984
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(1.776)	(43.933)	(151.826)	(43.933)
Redução de capital em investida		-	-	-	15.500
Mútuo com partes relacionadas	28	-	400.000	-	400.000
Imobilizado	15	(133.045)	(70.344)	(74.685)	(22.286)
Intangível	16	(3.043)	(2.103)	(3.043)	(1.776)
Títulos e valores mobiliários		(1.013.168)	(190.248)	(961.109)	(113.859)
		(1.151.032)	93.372	(1.190.663)	233.646
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24d	(417.539)	(295.838)	(417.539)	(295.392)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(806.791)	(610.064)	(650.098)	(610.064)
Pagamentos de arrendamentos	17	(16.494)	(20.401)	(15.724)	(19.796)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.240.824)	(926.303)	(1.083.361)	(925.252)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	211.608	301.696	136.208	226.830
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		384.397	211.608	290.995	136.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
RECEITAS				
Venda de energia e serviços	8.142.884	7.859.354	7.283.206	6.997.027
Receita de construção	201.451	311.759	201.451	311.759
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	411.968	327.995	411.968	327.995
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	347.057	318.267	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	551.852	-	551.852	-
Investimentos em imobilizado	69.645	25.012	69.645	25.012
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	-	413.616	-	397.301
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(11.054)	(38.407)	(1.198)	(7.576)
Outras receitas, líquidas	2.584	23.932	2.584	23.932
	9.716.387	9.241.528	8.519.508	8.075.450
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(4.417.425)	(4.210.530)	(4.289.008)	(4.145.838)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(217.558)	(207.094)	(161.239)	(151.123)
Serviços de terceiros	(265.255)	(261.114)	(225.569)	(220.501)
Materiais	(114.255)	(158.615)	(107.447)	(151.375)
Concessão onerosa	(2.801)	(2.958)	(2.791)	(2.948)
Outros custos operacionais	(134.218)	(1.276.175)	(92.698)	(1.232.151)
	(5.151.512)	(6.116.486)	(4.878.752)	(5.903.936)
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.564.875	3.125.042	3.640.756	2.171.514
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(211.514)	(215.522)	(152.358)	(157.541)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	4.353.361	2.909.520	3.488.398	2.013.973
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(136.548)	(82.668)	353.953	503.008
Receitas financeiras	1.890.015	1.383.270	1.864.996	1.336.943
Ajuste referente à reversão (perda) por desvalorização em investimentos	-	-	13.825	(21.684)
	1.753.467	1.300.602	2.232.774	1.818.267
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	6.106.828	4.210.122	5.721.172	3.832.240
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	404.155	6,62	437.328	10,39
Remuneração direta	243.177	3,98	289.554	6,88
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	134.735	2,21	126.425	3,00
FGTS	14.895	0,24	15.495	0,37
Programa de desligamento voluntário programado	11.348	0,19	5.854	0,14
Impostos, taxas e contribuições	1.857.884	30,42	1.712.687	40,68
Federais	1.272.649	20,84	1.063.126	25,25
Estaduais	579.231	9,48	641.622	15,24
Municipais	6.004	0,10	7.939	0,19
Remuneração de capitais de terceiros	2.789.254	45,68	1.158.749	27,52
Juros	2.783.844	45,59	1.149.320	27,30
Aluguéis	5.410	0,09	9.429	0,22
Remuneração de capitais próprios	1.055.535	17,28	901.358	21,41
Juros sobre o capital próprio	225.200	3,68	270.000	6,41
Dividendos	336.348	5,51	188.039	4,47
Lucros retidos	493.987	8,09	443.319	10,53
	6.106.828	100,00	4.210.122	100,00
			5.721.172	100,00
				3.832.240
				100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”)	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Baguari I - subsidiária integral da Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
LightGer S.A. (“LightGer”)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Renova Energia S.A. (“Renova Energia”) – Em recuperação judicial	Controlada em conjunto	Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas e atualmente em recuperação judicial.
Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”)	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.

Investimentos	Classificação	Descrição
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimerós e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro de 2017. Com esses ativos, a controlada tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica de 1.158,34 MW (660,54 MW-médios de garantia física) e uma capacidade instalada de geração eólica de 98,70 MW (46,00 MW-médios de garantia física). A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dolores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dolores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
COLIGADAS		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Três Marias S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW (*) de potência instalada e 239 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW (*) de potência instalada e 75 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW (*) de potência instalada e 21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW (*) de potência instalada e 28 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,17 MW (*) de potência instalada e 18,80 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW (*) de potência instalada e 11,21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW (*) de potência instalada e 27,09 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.

Investimentos	Classificação	Descrição
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Controlada	Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec Tubos do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Incorporação da subsidiária integral Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.

Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação de sua subsidiária integral Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A., pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida a partir desta data e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do art. 227 da Lei 6.404/76.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital ou a necessidade de emissão de novas ações da Companhia.

c) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Cemig criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Em agosto, a Companhia iniciou o plano de retorno gradativo às atividades presenciais para empregados em trabalho remoto, observando as medidas que visam à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19 nos ambientes de trabalho.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez, e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento dos investimentos previsto para o ano de 2020, no valor aproximado de R\$180 milhões, e revisão orçamentária com redução nos custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), na ordem de R\$28 milhões;
- Negociação de contratos com seus consumidores livres; e
- Diferimento ao longo do ano dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações financeiras

Desde março de 2020 a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

A crise ocasionada pela Covid-19 impactou as operações das empresas do Grupo Cemig, porém, é possível afirmar que os principais efeitos ficaram concentrados no segundo trimestre e na metade do terceiro trimestre de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, e as liquidações semestrais do “swap” foram suficientes para compensar a exposição à variação cambial do principal da dívida, gerando um ganho líquido de R\$4 milhões no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia;
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras; e
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que esta norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2019 é apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à reapresentação retrospectiva mencionada na nota explicativa nº 2.9.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de março de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 13 – Ativos de contrato
- Nota 14 – Investimentos;
- Nota 15 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 16 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 17 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 22 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 23 – Provisões;
- Nota 25 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 29 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Demonstrações contábeis regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs), apresentadas de forma independente das demonstrações financeiras societárias, sendo disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão regulador e da Companhia até 30 de abril do ano subsequente.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1) /IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de output. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

CPC 26 (R1) /IAS 1 e IAS 8: Alteram a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1) /IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

CPC 06 (R2) /IFRS 16: concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - *Conceptual Framework for Financial Reporting*: A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

IFRS 17 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017: a norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 1 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de postergar a liquidação de passivo, além de definir que o direito de postergar deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de postergação. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 16 - Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações na IAS 16 que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 17/2020, em 11 de fevereiro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência”, aplicável aos períodos anuais com início em, ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

2.8 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread) – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do método *Black-Scholes-Merton* (BSM) até a data de exercício das opções.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, adiantamento de clientes e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Divulgações adicionais de instrumentos financeiros são apresentadas na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

b) Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

A RAP remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato, quando da existência de componente de financiamento significativo. Os valores lançados em contrapartida ao ativo de contrato são transferidos para o ativo financeiro (recebíveis), enquadrando-se no escopo do pronunciamento CPC 48/ IFRS 9, após o aviso de crédito emitido mensalmente pelo ONS, autorizando o faturamento da Receita Anual Permitida – RAP. Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

O ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado, após o cálculo de seu montante, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjuntos. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

d) Ativos vinculados à concessão

Atividade de transmissão – Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013 – A parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive a mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da ANEEL. Para mais informações, ver nota explicativa 2.9.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

e) Ativos intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As principais taxas de amortização estão demonstradas na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

Eventual ganho ou perda resultante do desconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

f) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

h) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo;
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

j) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

A Companhia possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, a Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

k) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante e não circulante. Ativos e passivos são classificados no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado ou liquidado em até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivos se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos do passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

l) Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão, sendo reconhecidas de acordo com a satisfação da obrigação de performance ao longo do tempo e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.

- Receita de operação e manutenção, correspondentes à obrigação de performance prevista nos contratos relativos à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato, relativa ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que o reconhecimento de eventual contraprestação variável estimada com a PV não resultaria em informação contábil relevante. Assim, para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

m) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

o) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

p) Informação por segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

q) Arrendamento mercantil

A partir da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, a Companhia avalia, na celebração do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.9 Aplicação retrospectiva de política contábil e reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Em 1º de janeiro de 2018, com a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, e considerando as características dos seus contratos de concessão, a Companhia classificou como ativo de contrato a contraprestação a ser recebida pela construção da infraestrutura de transmissão de energia correspondente ao saldo remanescente da RBSE, reincorporado à base de remuneração (parcela econômica), e aos ativos remunerados por tarifa, uma vez que a obrigação de performance de construção e melhoria está condicionada à satisfação da obrigação de performance de operação e manutenção. Por sua vez, a parcela financeira da RBSE, que representa o montante devido desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, foi classificada como ativo financeiro, uma vez que não mais envolvia a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão. A classificação dessa parcela como ativo financeiro foi fundamentada no entendimento de que a inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento embasaria a sua classificação como ativo de contrato.

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Nesse processo de revisão tarifária, considerando os resultados e critérios aplicados pelo Órgão Regulador na formulação da regulação a ser aplicada para os ativos da rede básica, entre eles, a sujeição da integralidade dos valores da RBSE a mecanismos de medição de eficiência operacional, retirando o seu caráter indenizatório, o que esclareceu certos elementos adicionais para determinação da política contábil, os quais não eram tão claros em 2018, época em que a RTP deveria ter ocorrido e em que a Companhia realizou a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, a Companhia decidiu pela aplicação retrospectiva dos seguintes pontos, em consonância com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020 e com os procedimentos também a serem adotados pelas demais empresas do setor de transmissão de energia no Brasil: (i) classificação como ativo de contrato dos ativos da RBSE, relativos à renovação da concessão amparada na Lei 12.783/14, (ii) alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão, (iii) determinação da taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

Dessa forma, a Companhia utilizou-se do método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido nestas demonstrações financeiras, nos termos dos itens 14 e 22 do CPC 23/IAS 08 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo que os principais efeitos nas demonstrações financeiras reapresentadas em decorrência da mudança de política contábil são demonstrados a seguir:

ATIVO	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2019				01/01/2019			
	Anteriormente divulgado	Reclassificação	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Reclassificação	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE								
Ativo financeiro da concessão (1)	439.582	(189.017)	-	250.565	423.511	(180.995)	-	242.516
Ativos de contrato da transmissão (1) (2)	171.849	189.017	215.318	576.184	130.951	180.995	170.198	482.144
Outros ativos circulantes	2.627.122	-	-	2.627.122	1.982.844	-	-	1.982.844
TOTAL DO CIRCULANTE	3.238.553	-	215.318	3.453.871	2.537.306	-	170.198	2.707.504
NÃO CIRCULANTE								
Ativo financeiro da concessão (1)	4.125.488	(1.091.635)	-	3.033.853	4.097.935	(1.115.319)	-	2.982.616
Ativos de contrato da transmissão (1) (2)	1.024.385	1.091.635	383.354	2.499.374	998.359	1.115.319	312.842	2.426.520
Outros ativos não circulantes	9.274.626	-	-	9.274.626	9.318.480	-	-	9.318.480
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.424.499	-	383.354	14.807.853	14.414.774	-	312.842	14.727.616
TOTAL DO ATIVO	17.663.052	-	598.672	18.261.724	16.952.080	-	483.040	17.435.120

PASSIVO	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2019			01/01/2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE						
Impostos, taxas e contribuições (3)	51.248	52.120	103.368	57.664	43.537	101.201
Outros passivos circulantes	2.724.264	-	2.724.264	2.234.753	-	2.234.753
TOTAL DO CIRCULANTE	2.775.512	52.120	2.827.632	2.292.417	43.537	2.335.954
NÃO CIRCULANTE						
Impostos, taxas e contribuições (3)	352	225.885	226.237	4.445	219.261	223.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	403.108	109.027	512.135	461.731	74.882	536.613
Outros passivos não circulantes	9.347.879	-	9.347.879	9.213.351	-	9.213.351
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.751.339	334.912	10.086.251	9.679.527	294.143	9.973.670
TOTAL DO PASSIVO	12.526.851	387.032	12.913.883	11.971.944	337.680	12.309.624
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Lucros acumulados (5)	-	211.640	211.640	-	145.360	145.360
Outras contas do patrimônio líquido	5.136.201	-	5.136.201	4.980.136	-	4.980.136
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.136.201	211.640	5.347.841	4.980.136	145.360	5.125.496
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.663.052	598.672	18.261.724	16.952.080	483.040	17.435.120

ATIVO	Controladora				Controladora			
	31/12/2019				01/01/2019			
	Anteriormente divulgado	Reclassificação	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Reclassificação	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE								
Ativo financeiro da concessão (1)	189.017	(189.017)	-	-	180.995	(180.995)	-	-
Ativos de contrato da transmissão (1) (2)	171.849	189.017	215.318	576.184	130.951	180.995	170.198	482.144
Outros ativos circulantes	2.183.570	-	-	2.183.570	1.582.182	-	-	1.582.182
TOTAL DO CIRCULANTE	2.544.436	-	215.318	2.759.754	1.894.128	-	170.198	2.064.326
NÃO CIRCULANTE								
Ativo financeiro da concessão (1)	1.907.837	(1.091.635)	-	816.202	1.931.521	(1.115.319)	-	816.202
Ativos de contrato da transmissão (1) (2)	1.024.385	1.091.635	383.354	2.499.374	998.359	1.115.319	312.842	2.426.520
Outros ativos não circulantes	11.762.629	-	-	11.762.629	11.747.753	-	-	11.747.753
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.694.851	-	383.354	15.078.205	14.677.633	-	312.842	14.990.475
TOTAL DO ATIVO	17.239.287	-	598.672	17.837.959	16.571.761	-	483.040	17.054.801

PASSIVO	Controladora			Controladora		
	31/12/2019			01/01/2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE						
Impostos, taxas e contribuições (3)	39.008	52.120	91.128	46.453	43.537	89.990
Outros passivos circulantes	2.359.781	-	2.359.781	2.063.524	-	2.063.524
TOTAL DO CIRCULANTE	2.398.789	52.120	2.450.909	2.109.977	43.537	2.153.514
NÃO CIRCULANTE						
Impostos, taxas e contribuições (3)	72	225.885	225.957	4.124	219.261	223.385
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	382.560	109.027	491.587	436.071	74.882	510.953
Outros passivos não circulantes	9.321.665	-	9.321.665	9.041.453	-	9.041.453
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.704.297	334.912	10.039.209	9.481.648	294.143	9.775.791
TOTAL DO PASSIVO	12.103.086	387.032	12.490.118	11.591.625	337.680	11.929.305
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Lucros acumulados (5)	-	211.640	211.640	-	145.360	145.360
Outras contas do patrimônio líquido	5.136.201	-	5.136.201	4.980.136	-	4.980.136
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.136.201	211.640	5.347.841	4.980.136	145.360	5.125.496
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.239.287	598.672	17.837.959	16.571.761	483.040	17.054.801

- (1) Reclassificação da parcela financeira do ativo de RBSE para o ativo de contrato, haja vista a inclusão de sua contraprestação à base de remuneração regulatória, estando, assim, sujeita aos mecanismos de eficiência da obrigação de performance de operação e manutenção.
- (2) Reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;
- (3) Impactos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos;
- (4) Refere-se aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre os ajustes realizados; e
- (5) Efeitos da aplicação retrospectiva, realizada em lucros acumulados, conforme CPC 23/IAS 08.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Consolidado			Controladora		
	2019			2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA (1)	7.723.720	96.667	7.820.387	6.689.274	96.667	6.785.941
CUSTO TOTAL	(5.230.240)	-	(5.230.240)	(4.966.111)	-	(4.966.111)
LUCRO BRUTO	2.493.480	96.667	2.590.147	1.723.163	96.667	1.819.830
DESPESAS OPERACIONAIS (2)	(1.206.310)	3.758	(1.202.552)	(1.153.783)	3.758	(1.150.025)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.668)	-	(82.668)	503.008	-	503.008
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-	-	-	(21.684)	-	(21.684)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.204.502	100.425	1.304.927	1.050.704	100.425	1.151.129
Resultado financeiro	233.950	-	233.950	206.940	-	206.940
Resultado antes dos impostos	1.438.452	100.425	1.538.877	1.257.644	100.425	1.358.069
Imposto de renda e contribuição social correntes	(549.733)	-	(549.733)	(362.241)	-	(362.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (3)	(53.641)	(34.145)	(87.786)	(60.325)	(34.145)	(94.470)
Lucro líquido do exercício	835.078	66.280	901.358	835.078	66.280	901.358
Lucro por ação ordinária – R\$	0,29	-	0,31	0,29	-	0,31

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica.
- (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.
- (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre os ajustes realizados.

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	2019			2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	835.078	66.280	901.358	835.078	66.280	901.358
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES						
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes	(220.974)	-	(220.974)	(220.974)	-	(220.974)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	614.104	66.280	680.384	614.104	66.280	680.384

Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado			Controladora		
	2019			2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do exercício (1)	835.078	66.280	901.358	835.078	66.280	901.358
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa						
Impostos de renda e contribuição social diferidos (2)	53.641	34.145	87.786	60.325	34.145	94.470
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível (3)	106.893	(3.788)	103.105	90.371	(3.788)	86.583
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão (4)	(487.669)	(249.962)	(737.631)	(169.402)	(249.962)	(419.364)
PIS/Pasep e Cofins diferidos sobre receitas de transmissão (5)	-	15.206	15.206	-	15.206	15.206
Outros	897.476	-	897.476	236.563	-	236.563
	1.405.419	(138.119)	1.267.300	1.052.935	(138.119)	914.816
(Aumento) Redução de ativos						
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato (6)	373.333	138.119	511.452	114.352	138.119	252.471
Outros	(19.008)	-	(19.008)	487.799	-	487.799
	354.325	138.119	492.444	602.151	138.119	740.270
Aumento (redução) de passivos	363.720	-	363.720	168.221	-	168.221
Caixa gerado nas operações	2.123.464	-	2.123.464	1.823.307	-	1.823.307
Outros	(1.380.621)	-	(1.380.621)	(1.222.323)	-	(1.222.323)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	742.843	-	742.843	600.984	-	600.984

- (1) Ajuste da aplicação retrospectiva de política contábil no lucro líquido de 2019.
- (2) Refere-se aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre os ajustes realizados.
- (3) Outros ajustes imateriais referentes a provisões para perdas e transferências.
- (4) Ajuste da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como a o ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;
- (5) Impactos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos, incluindo o diferimento destes tributos.
- (6) Ajuste sobre os recebimentos vinculados ao ativo de contrato, tendo em vista a realocação da contraprestação à obrigação de performance de construção.

Demonstração do valor adicionado	Consolidado			Controladora		
	2019			2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS (1)	9.129.654	111.874	9.241.528	7.963.576	111.874	8.075.450
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (2)	(6.120.244)	3.758	(6.116.486)	(5.907.694)	3.758	(5.903.936)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.009.410	115.632	3.125.042	2.055.882	115.632	2.171.514
RETENÇÕES	(215.522)	-	(215.522)	(157.541)	-	(157.541)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	2.793.888	115.632	2.909.520	1.898.341	115.632	2.013.973
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.300.602	-	1.300.602	1.818.267	-	1.818.267
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.094.490	115.632	4.210.122	3.716.608	115.632	3.832.240
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Empregados	437.328	-	437.328	418.106	-	418.106
Impostos, taxas e contribuições (3)	1.663.335	49.352	1.712.687	1.325.493	49.352	1.374.845
Remuneração de capitais de terceiros	1.158.749	-	1.158.749	1.137.931	-	1.137.931
Remuneração de capitais próprios	835.078	66.280	901.358	835.078	66.280	901.358
	4.094.490	115.632	4.210.122	3.716.608	115.632	3.832.240

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica.
- (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.
- (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre as receitas reconhecidas e ajustes no resultado (PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL).

Os ajustes foram realizados para proporcionar informações mais úteis e confiáveis aos usuários das demonstrações financeiras, relacionadas a:

- Alocação de margem de lucratividade à obrigação de performance de construção da infraestrutura de transmissão, com base na abordagem do custo esperado mais margem;
- Uniformização do parâmetro para definição da taxa implícita utilizada no cálculo do componente financeiro do contrato;
- Reclassificação da parcela financeira do ativo de RBSE para ativo de contrato, haja vista a inclusão da contraprestação associada a esses ativos à base de remuneração regulatória, sujeitando-os aos mecanismos de eficiência da obrigação de performance de operação e manutenção.
- Efeitos tributários correntes e diferidos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos.

Foram reconhecidos os tributos diferidos incidentes sobre os ajustes realizados.

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Todos os efeitos da reapresentação impactaram somente o segmento de transmissão, apresentados na nota explicativa nº 5.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades controladas	31/12/2020		31/12/2019	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (1)	-	-	Consolidação	100
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100

(1) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO			
Usinas hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (6)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo nos registros contábeis desta controlada. Em fevereiro de 2021, a concessão referente à UTE Igarapé foi extinta pelo Ministério de Minas e Energia - MME, em face ao requerimento de rescisão apresentado pela Companhia.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR), bem como no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2020	Valor presente em 2020	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé	38.114	18.478	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	9.319	4.984	01/2004 a 12/2032	IGPM

(*) Conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel (Art. 2º e Art. 4º), as usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW devem efetuar os pagamentos à Aneel por cinco anos a partir da data de assinatura do contrato.

Os contratos das PCHs Luiz Dias, Salto Morais e Xicão, com potência instalada de 1.620 kW, 2.394 kW e 1.808 kW, respectivamente, foram extintos pela Aneel a pedido da Companhia, por meio de Resoluções Autorizativas de 13 de outubro de 2020, sem reversão de bens, para posterior obtenção de registro de Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, nos termos da legislação e regulamentação. A Companhia continua operando essas Usinas, cujo registro será realizado em conformidade à regulamentação. A concessão da Usina de Salto Morais foi encerrada em julho de 2020, de acordo com o contrato firmado com o Órgão Regulador, mas continuou sendo operada pela Companhia, considerando que sua potência é inferior a 5MW e não é necessária a outorga de concessão ou autorização neste caso.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, incluindo as usinas mencionadas no parágrafo anterior, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do

entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2020, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2020	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	2.198	2.618	2.463
Queimado (Consórcio)	82,50	631	712	732

A taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos exercícios de 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO	16.083.128	4.281.948	90.789	20.455.865
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	3.755.799	-	-	3.755.799
ADIÇÕES AO SEGMENTO	137.864	201.451	-	339.315
RECEITA LÍQUIDA	6.536.917	723.808	95.363	7.356.088
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(199.246)	-	-	(199.246)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.026.190)	-	-	(4.026.190)
	(4.225.436)	-	-	(4.225.436)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(192.086)	(114.238)	(211)	(306.535)
Participação dos empregados no resultado	(23.453)	(12.343)	-	(35.796)
Obrigações pós emprego	(52.964)	(40.918)	-	(93.882)
Materiais	(12.911)	(3.848)	-	(16.759)
Serviços de terceiros	(113.273)	(44.075)	(220)	(157.568)
Depreciação e amortização	(206.839)	(4.666)	(9)	(211.514)
Provisões	(84.448)	(13.503)	-	(97.951)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(146.652)	-	(146.652)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(68.008)	11.963	(21)	(56.066)
	(753.982)	(368.280)	(461)	(1.122.723)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(4.979.418)	(368.280)	(461)	(5.348.159)
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	-	502.108	-	502.108
Resultado de equivalência patrimonial	(136.548)	-	-	(136.548)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.420.951	857.636	94.902	2.373.489
Receitas financeiras	1.712.548	174.229	3.238	1.890.015
Despesas financeiras	(2.511.589)	(272.221)	(34)	(2.783.844)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	621.910	759.644	98.106	1.479.660

Imposto de renda e contribuição social	(205.910)	(206.231)	(11.984)	(424.125)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	416.000	553.413	86.122	1.055.535

DESCRIÇÃO	2019			
	Geração	Transmissão (Reapresentado)	Comercialização	Total (Reapresentado)
ATIVO	14.721.374	3.536.845	65.997	18.324.216
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.041.565	-	-	4.041.565
ADIÇÕES AO SEGMENTO	121.380	220.390	-	341.770
RECEITA LÍQUIDA	6.881.167	867.027	128.622	7.876.816
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(189.901)	-	-	(189.901)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.841.262)	-	-	(3.841.262)
	(4.031.163)	-	-	(4.031.163)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(206.663)	(114.837)	(245)	(321.745)
Participação dos empregados no resultado	(35.818)	(26.908)	-	(62.726)
Obrigações pós emprego	(49.627)	(38.138)	-	(87.765)
Materiais	(16.877)	(6.059)	(8)	(22.944)
Serviços de terceiros	(124.135)	(44.922)	(466)	(169.523)
Depreciação e amortização	(209.959)	(5.563)	-	(215.522)
Provisões	(975.353)	(134.843)	-	(1.110.196)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(220.390)	-	(220.390)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(174.547)	(16.358)	87	(190.818)
	(1.792.979)	(608.018)	(632)	(2.401.629)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(5.824.142)	(608.018)	(632)	(6.432.792)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.668)	-	-	(82.668)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	974.357	259.009	127.990	1.361.356
Receitas financeiras	1.281.195	97.905	4.170	1.383.270
Despesas financeiras	(1.034.521)	(114.784)	(15)	(1.149.320)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.221.031	242.130	132.145	1.595.306
Imposto de renda e contribuição social	(550.999)	(89.373)	(16.333)	(656.705)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	670.032	152.757	115.812	938.601

Conforme mencionado na nota explicativa 2.9, os efeitos da reapresentação dos saldos correspondente em 31 de dezembro de 2019 e do exercício findo naquela data se referem integralmente ao segmento de transmissão.

A composição da receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento, para os exercícios de 2020 e 2019, é conforme segue:

	2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	7.337.485	-	-	7.337.485
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	511.366	-	511.366
Receita de construção	-	201.451	-	201.451
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	-	411.968	-	411.968
Receita de atualização da bonificação pela outorga	347.057	-	-	347.057
Transações com energia na CCEE	153.762	-	-	153.762
Outras receitas operacionais	4.412	33.608	102.251	140.271
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.305.799)	(434.585)	(6.888)	(1.747.272)
Receita operacional líquida	6.536.917	723.808	95.363	7.356.088

	2019			Total (Reapresentado)
	Geração	Transmissão (Reapresentado)	Comercialização	
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	7.037.448	-	-	7.037.448
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	550.289	-	550.289
Receita de construção	-	370.488	-	370.488
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	-	331.446	-	331.446
Receita de atualização da bonificação pela outorga	318.267	-	-	318.267
Transações com energia na CCEE	438.555	-	-	438.555
Ressarcimentos contratuais	64.640	-	-	64.640
PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	413.616	-	-	413.616
Outras receitas operacionais	16.501	27.786	137.751	182.038
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.407.860)	(412.982)	(9.129)	(1.829.971)
Receita operacional líquida	6.881.167	867.027	128.622	7.876.816

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 25 destas demonstrações financeiras.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Contas bancárias	9.919	8.644	1.118	2.503
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	316.680	184.682	244.469	127.419
Overnight (2)	57.798	18.282	45.408	6.286
	374.478	202.964	289.877	133.705
	384.397	211.608	290.995	136.208

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 80,00% a 107,00% em 31 de dezembro de 2020 (65,00% a 103,00% em 31 de dezembro de 2019) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (4,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	183.930	-	144.501	-
Letras financeiras (LF's) – Bancos (2)	699.325	323.761	549.412	111.308
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	246.471	47.268	193.636	16.250
Debêntures (4)	2.011	1.573	1.580	541
Outros	544	76	542	76
	1.132.281	372.678	889.671	128.175
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	246.121	-	193.360	-
Debêntures (4)	8.360	916	6.568	315
	254.481	916	199.928	315
	1.386.762	373.594	1.089.599	128.490

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 106,00% a 110,00% em 31 de dezembro de 2020 conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 99,50% a 130,00% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,95% a 113,00% em 31 de dezembro 2019).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 109,00% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (108,25% a 113,00% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 28, respectivamente.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2020	2019
Industrial	28.787	246.456	7.250	23.261	34.514	340.268	333.282
Comércio, serviços e outras	12.170	70.508	9.297	10.864	-	102.839	111.091
Suprimento a outras concessionárias	10.379	277.215	26.114	734	4.832	319.274	257.724
Concessionários – transp. de energia	11.089	91.522	-	1.961	5.336	109.908	95.815
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	150	189.477	-	-	189.627	385.558
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.838)	-	(583)	(559)	(29.799)	(34.779)	(48.432)
	58.587	685.851	231.555	36.261	14.883	1.027.137	1.135.038
Ativo circulante						1.020.363	1.129.096
Consumidores e revendedores						910.455	1.033.281
Concessionários – Transp. energia						109.908	95.815
Ativo não circulante						6.774	5.942
Consumidores e revendedores						6.774	5.942

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2020	2019
Industrial	18.885	210.128	1.413	17.969	17.030	265.425	248.023
Comércio, serviços e outras	12.170	70.508	9.297	10.864	-	102.839	111.092
Suprimento a outras concessionárias	5.189	238.182	16.692	717	185	260.965	195.623
Concessionários – transp. de energia	12.191	91.578	-	1.961	5.336	111.066	95.898
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	-	189.477	-	-	189.477	375.751
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.601)	-	(583)	(559)	(15.511)	(18.254)	(17.601)
	46.834	610.396	216.296	30.952	7.040	911.518	1.008.786
Ativo circulante						908.646	1.008.213
Consumidores e revendedores						797.580	912.315
Concessionários – Transp. energia						111.066	95.898
Ativo não circulante						2.872	573
Consumidores e revendedores						2.872	573

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no exercício é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.486	24.486
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	38.407	7.576
Baixa	(14.461)	(14.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.432	17.601
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	11.054	1.198
Baixa	(24.707)	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.779	18.254

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
ICMS a recuperar	12.325	21.792	6.809	17.294
Cofins (a) (b)	259.102	5.560	256.627	3.196
PIS/Pasep (a) (b)	56.682	1.612	55.893	867
INSS	14.698	15.041	14.698	15.041
Outros	4.994	7.177	4.991	7.302
	347.801	51.182	339.018	43.700
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	23.850	21.914	23.851	21.914
Cofins (a)	24.983	537.040	-	514.351
PIS/Pasep (a)	5.496	116.666	-	111.669
Outros	431	431	-	-
	54.760	676.051	23.851	647.934
	402.561	727.233	362.869	691.634

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Companhia em 2019.

A Companhia está recuperando os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Diante disso, a Companhia possui registrado no ativo circulante o valor dos créditos cuja expectativa de compensação não ultrapassa o prazo de 12 meses, nos montantes de R\$54.992 e R\$253.297 para PIS/Pasep e Cofins, respectivamente.

Esses créditos tributários são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro consolidado e individual, em 31 de dezembro de 2020, de R\$11.497 e R\$11.019, respectivamente, conforme nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

Até 31 de dezembro de 2020, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$328.750.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Imposto de renda	342.199	239.443	340.293	238.261
Contribuição social	125.501	125.119	124.953	124.788
	467.700	364.562	465.246	363.049
Não circulante				
Imposto de renda	-	2.461	-	-
Contribuição social	-	606	-	-
	-	3.067	-	-

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Imposto de renda	92.948	98.712
Contribuição social	35.064	35.156
	128.012	133.868

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	284.526	-	284.526	-
Obrigações pós-emprego	459.381	444.411	459.381	444.411
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	11.169	11.075	6.206	5.984
Provisões para contingências	114.343	110.374	114.288	110.319
Provisão put SAAG	182.293	164.166	182.293	164.166
Provisão para perdas em investimentos	256.835	277.300	256.835	277.300
Outras provisões	41.301	46.080	41.301	46.080
Concessão onerosa	9.707	8.194	9.707	8.194
Outros	19.625	21.210	13.464	21.176
	1.379.180	1.082.810	1.368.001	1.077.630
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(224.610)	(231.833)	(206.408)	(212.319)
Atualização ativo de contrato	(768.126)	(623.828)	(768.126)	(623.828)
Valor justo de participações societárias	(138.247)	(146.852)	(138.247)	(146.852)
Atualização de depósitos judiciais	(391)	(385)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	(1.002.636)	(574.921)	(1.002.636)	(574.921)
Outros	(7.761)	(12.026)	(7.187)	(11.297)
	(2.141.771)	(1.589.845)	(2.122.604)	(1.569.217)
Total líquido	(762.591)	(507.035)	(754.603)	(491.587)
Total do ativo	10.969	5.100	-	-
Total do passivo	(773.560)	(512.135)	(754.603)	(491.587)

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(536.613)	(510.953)
Efeitos alocados ao resultado	(87.786)	(94.470)
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	113.836	113.836
Outros	3.528	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(507.035)	(491.587)
Efeitos alocados ao resultado	(256.448)	(262.839)
Efeitos alocados resultado abrangente	(177)	(177)
Outros	1.069	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(762.591)	(754.603)

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido existente em 31 de dezembro de 2020, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2021	260.641	258.378
2022	313.168	310.939
2023	230.087	227.858
2024	170.019	167.789
2025 a 2027	264.116	261.888
2028 a 2030	141.149	141.149
	1.379.180	1.368.001

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultados é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.479.660	1.538.877	1.313.627	1.358.069
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(503.084)	(523.218)	(446.633)	(461.743)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	76.568	91.800	76.568	91.800
Incentivos fiscais	3.730	12.958	-	10.025
Resultado de equivalência patrimonial	(77.247)	(44.965)	110.027	165.087
Multas indedutíveis	(2.583)	(26.260)	(2.583)	(26.260)
Contribuições e doações indedutíveis	(1.447)	(3.763)	(55)	(2.642)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	74.953	88.506	-	-
PECLD com partes relacionadas	-	(233.931)	-	(233.931)
Outros	4.985	1.354	4.584	953
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(424.125)	(637.519)	(258.092)	(456.711)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(167.677)	(549.733)	4.747	(362.241)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(256.448)	(87.786)	(262.839)	(94.470)
	(424.125)	(637.519)	(258.092)	(456.711)
Alíquota efetiva	28,66%	41,95%	19,65%	33,60%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	25.653	32.100	25.075	31.477
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.473	17.226	16.157	15.910
PIS/Pasep e Cofins (1)	6.300	207.469	-	195.409
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	67.371	66.483	67.371	66.483
IPTU	12.852	11.423	12.850	11.421
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	3.549	2.513	3.332	2.357
	125.607	323.176	117.772	309.642
Outros				
Bloqueio judicial	1.357	974	1.325	942
Regulatórios	2.931	3.002	2.931	3.002
Outros	4.773	5.025	4.735	4.988
	9.061	9.001	8.991	8.932
	160.321	364.277	151.838	350.051

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do anuênio).
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

Levantamento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante atualizado total de R\$196.169. No terceiro trimestre de 2020, foi levantado o depósito judicial realizado pela controlada Sá Carvalho, no montante de R\$5.856. O levantamento do depósito judicial das demais controladas será requerido no âmbito dos processos que discutem a matéria, à medida do trânsito em julgado das ações por elas movidas.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Geração - Indenização a receber (12.1)	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (12.2)	2.549.198	2.468.216	-	-
	3.365.400	3.284.418	816.202	816.202
Circulante	258.588	250.565	-	-
Não circulante	3.106.812	3.033.853	816.202	816.202

(*) Os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos na sua totalidade como ativos de contrato a partir da reapresentação de 2018 conforme requerido pela IFRS 15/ CPC 47. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	3.225.132	-	3.225.132	816.202	-	816.202
Atualização financeira	318.267	-	318.267	-	-	-
Recebimentos	(258.981)	-	(258.981)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	3.284.418	-	3.284.418	816.202	-	816.202
Atualização financeira	347.057	-	347.057	-	-	-
Recebimentos	(266.075)	-	(266.075)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.365.400	-	3.365.400	816.202	-	816.202

12.1 Geração - Indenizações a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408,00	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424,00	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019, para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo, a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel.

12.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2019	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.402.425	187.746	(142.961)	1.447.210
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	440.158	59.183	(45.085)	454.256
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	164.799	24.829	(19.168)	170.460
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	123.585	18.499	(14.270)	127.814
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	161.490	25.794	(20.078)	167.206
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	109.757	19.295	(15.245)	113.807
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	66.002	11.711	(9.268)	68.445
Total		2.468.216	347.057	(266.075)	2.549.198

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	171.675	(139.150)	1.402.425
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	54.131	(43.883)	440.158
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	22.855	(18.657)	164.799
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	17.022	(13.889)	123.585
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	23.815	(19.542)	161.490
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	17.899	(14.839)	109.757
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	10.870	(9.021)	66.002
Total		2.408.930	318.267	(258.981)	2.468.216

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.895.854	1.927.817	1.895.854	1.927.817
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	1.738.848	1.147.741	1.738.848	1.147.741
	3.634.702	3.075.558	3.634.702	3.075.558
Circulante	718.430	576.184	718.430	576.184
Não circulante	2.916.272	2.499.374	2.916.272	2.499.374

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldos em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	2.908.664
Adições	311.759
Atualização financeira	327.995
Recebimentos	(472.860)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	3.075.558
Adições	201.451
Atualização financeira	411.968
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	551.852
Recebimentos	(606.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.634.702

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97 e nº 079/00, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019 (Reapresentado)
Circulante		
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	28.600	21.021
Contrato de Concessão - 006/97 (b)		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	533.430	433.936
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	156.400	121.227
	718.430	576.184
Não circulante		
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	132.589	94.754
Contrato de Concessão - 006/97 (b)		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.362.424	1.493.882
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	1.421.259	910.738
	2.916.272	2.499.374
	3.634.702	3.075.558

a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

A definição dos critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização, se deu por meio da Resolução Normativa Aneel nº 589, de 10 de dezembro de 2013.

A forma e o prazo de pagamento da indenização foram estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria MME nº 120, de 20 de abril de 2016, que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despacho, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória a partir do processo tarifário de 2017.

A Resolução Normativa Aneel nº 762/2017 definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida, em função da Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.

Com a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, em 1º de janeiro de 2018, devido às características do contrato de concessão, a Companhia classificou como ativo de contrato a contraprestação a ser recebida pela construção da infraestrutura de transmissão de energia correspondente ao saldo remanescente da RBSE, reincorporado à base de remuneração (parcela econômica) e aos ativos remunerados por tarifa, uma vez que a obrigação de performance de construção e melhoria está condicionada à satisfação da obrigação de performance de operação e manutenção.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 2.9, a Companhia reclassificou para o ativo de contrato os valores registrados como ativo financeiro por ocasião da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, referentes à parcela financeira da RBSE, que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões de transmissão até a sua incorporação à tarifa, a ser recebida no prazo de 8 anos, representando exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão. Os valores reclassificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2019 correspondem a R\$1.280.652 e R\$1.296.314, respectivamente.

A classificação da totalidade dos ativos da RBSE como ativo de contrato está fundamentada na sua inclusão na Base de Remuneração Regulatória – BRR das concessionárias de transmissão. Embora este novo regramento relativo aos ativos RBSE definisse que os valores a serem recebidos estavam subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se inclusive a mecanismos de controle de eficiência, o regramento específico da Revisão Tarifária das transmissoras não era claro quanto ao tratamento que seria dispensado ao componente financeiro, em especial, ao reflexo das baixas neste componente. Na RTP ocorrida em 2020 é que se confirmou o impacto das baixas do período neste componente. Nesse novo contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados à suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente à remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

Em junho de 2020, em função da cassação da maioria das liminares e em cumprimento aos Pareceres de Força Executória emanados pela Procuradoria Federal junto à Aneel, foram calculados os efeitos provocados pela reversão destas liminares, para incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio real à receita das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, considerando todos os efeitos retroativos, inclusive, quando da instrução processual da Revisão Periódica da RAP de 2018.

A Aneel, neste momento, homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento acerca das condições jurídicas para análise do recurso da Companhia, que requer a inclusão também da remuneração pelo WACC regulatório dos períodos em que o seu recebimento esteve suspenso.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016.

O Parecer concluiu que a remuneração ou juros pelo capital não recebido no período de janeiro de 2013 a junho de 2017 – remuneração do custo de capital – deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio tratada nos arts. 1º, §3º, da Portaria MME 120/2016 e 4º, §3º, da REN 762/2017, até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

A Companhia entende que o tratamento dispensado a esse componente, que inclui a atualização pelo IPCA somado ao custo médio ponderado de capital regulatório do período de junho de 2017 a junho de 2020, reflete adequadamente as regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, aguarda o posicionamento final da Aneel e não espera quaisquer perdas relativas a esta parcela.

b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O contrato não prevê a revisão da receita ofertada, somente as receitas estabelecidas provisoriamente advindas das autorizações de reforços e melhorias serão revisadas, assim a Resolução Homologatória nº 2.825, de 15 de dezembro de 2020, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Transmissão de Energia Elétrica licitados que tinham previsão de Revisão Tarifária para Julho 2019. Maiores informações no decorrer desta nota explicativa.

A revisão determinou o reposicionamento com efeito retroativo à data de sua entrada em operação comercial, desta forma, a receita teve um reposicionamento de 57,5%. Adicionalmente foi calculado uma Parcela de Ajuste, no valor aproximado de R\$ 24 milhões, referente a retroatividade do reposicionamento, desde a data de entrada em operação comercial.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024. O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Premissas consideradas na estimativa da contraprestação esperada pela prestação de serviços de construção relacionadas a reforços e melhorias na infraestrutura.

- a) A margem é alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura de transmissão, considerando o custo incorrido mais margem;
- b) As RAPs futuras são calculadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando o custo do capital mais a remuneração prevista pela regulamentação;

- c) A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente das RAPs futuras representa a taxa implícita relacionada ao componente financeiro do contrato, correspondendo a melhor estimativa do valor à vista que seria recebido pela construção da infraestrutura;
- d) As contribuições para o PIS/Pasep e para a Cofins são incluídas no cálculo das receitas dos contratos, sendo reconhecido o diferimento destes tributos;
- e) A margem de construção estimada para os projetos em serviço e em curso são obtidas a partir da taxa de rentabilidade esperada pela Administração para a atividade de transmissão no período de início dos investimentos, sendo esta considerada individualmente, por ato regulatório (contrato de concessão ou resolução autorizativa).

Revisões tarifárias periódicas da RAP

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP do contrato 006/1997, por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Neste processo a RAP do ciclo 2018-2019 foi reposicionada em 9,13% frente a RAP provisória deste mesmo período. Embora finalizada apenas em 2020, a revisão teve efeitos retroativos a julho de 2018.

A RTP compreendeu o reposicionamento das receitas da RBSE e RBNI, conforme abaixo:

- RBSE: Incremento de 13,15% nas receitas dessa natureza em função de: i) variação positiva do WACC depois dos impostos de 6,64% para 7,71%; (ii) incorporação dos valores referentes à remuneração do Custo Anual do Ativos (CAA) da RBSE não incorporado à receita do período de janeiro de 2013 a junho 2017 (Ke); (iii) movimentação da base de ativos, considerando as baixas e os ativos totalmente depreciados. Em razão desses efeitos, os componentes econômico e financeiro da PRT 120/2016 da RBSE aumentaram em 7% e 38%, respectivamente, sendo que, para este último, houve a inclusão da remuneração do Ke (custo de capital próprio). A RAP da RBSE é composta ainda pelo O&M que sofreu uma redução de 3%.
- RBNI: Redução de 10% em relação à RAP da autorização, em função de: (i) alteração da base de remuneração devido à diferença do banco de preço da autorização e aquele considerado na revisão; (ii) efeito do perfil decrescente da RAP sobre o recálculo da receita para o novo ciclo. Uma vez que o reposicionamento tem efeito retroativo a julho 2018, foi estabelecida uma Parcela de Ajuste (PA) referente à diferença entre o valor reposicionado e o valor provisório das RAPs vigentes no período de 2018-2020. Esta parcela de ajuste sofrerá atualização monetária pelo IPCA a cada reajuste e vigorará nos ciclos 2020-2023. Apesar da redução da RAP em relação à autorização, a revisão gerou aumento no valor presente do ativo de contrato devido, principalmente, à diferença positiva entre o preço da transação calculado com base no VNR (Valor Novo de Reposição) considerado na revisão e o preço de transação estimado a partir dos custos incorridos.

Em 15 de dezembro de 2020, a Aneel homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Transmissão de Energia Elétrica Licitados. Foram submetidas à revisão periódica as receitas de reforços e melhorias ativas com data de entrada em operação comercial até 31 de janeiro de 2019, com efeito retroativo à data de sua entrada em operação comercial. Os reforços e melhorias sujeitos à revisão tiveram um reposicionamento de 57,5%, somada à parcela de ajuste referente a retroatividade do reposicionamento da RAP desde a data de entrada em operação comercial. Esses valores compõem a RAP de Itajubá a partir do reajuste do ciclo 2021/2022.

Como resultado da RTP do contrato 006/1997, foi reconhecida a receita de R\$528.598 no resultado da Companhia, sendo R\$321.453 para os ativos de RBNI e R\$207.145 para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória. A RTP do contrato 079/2020 resultou no reconhecimento da receita de R\$23.254 no resultado da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As receitas resultantes das revisões tarifárias periódicas representam, principalmente, a variação da taxa de remuneração regulatória para a atividade de transmissão e a remensuração ao Valor Novo de Reposição – VNR da base de remuneração regulatória - BRR. O valor total de receita reconhecida no resultado do exercício em relação à revisão tarifária dos contratos anteriormente mencionados, líquidos de tributos incidentes é de R\$502.108.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	209.374	166.617	209.374	166.617
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	157.476	384.809	157.476	384.809
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	53.728	53.215	53.728
Guanhães Energia	131.391	131.076	131.391	131.076
Hidrelétrica Pipoca	35.552	30.730	35.552	30.730
Lightger	51.805	46.487	51.805	46.487
Baguari Energia	159.029	157.499	159.029	157.499
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	671.166	631.227	671.166
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	1.027.860	965.255	1.027.860
Aliança Geração	1.166.240	1.191.550	1.166.240	1.191.550
Retiro Baixo	195.235	180.043	195.235	180.043
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	55	19
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.452.217	1.407.996
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	455.480	446.318
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	179.745	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	143.704	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	174.005	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	127.128	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	83.870	72.648
Rosal Energia S.A.	-	-	127.020	127.994
Sá Carvalho S.A.	-	-	115.486	123.929
Horizontes Energia S.A.	-	-	55.461	57.397
Cemig PCH S.A.	-	-	89.898	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	3.801	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	56.838	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (1)	-	-	-	3.359
Cemig Trading S.A.	-	-	30.315	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	161.061	149.260
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	245.436	124.507
Total do investimento	3.755.799	4.041.565	7.257.319	7.341.485
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (2)	(29.615)	(21.810)	(29.615)	(21.810)
Total	3.726.184	4.019.755	7.227.704	7.319.675

(1) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

(2) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Consequentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2020 alcançou o montante de R\$29.615 (R\$21.810 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Consequentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2020 alcançou o montante de R\$29.615 (R\$21.810 em 31 de dezembro de 2019).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia considerou que o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.c) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Entretanto, considerando que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu nenhuma alteração, a Administração da Companhia e de suas controladas, realizou a análise de impairment dos seus investimentos que apresentaram algum indicativo de desvalorização e concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas em razão do atual cenário econômico.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$53.858 (R\$60.072 em 31 de dezembro de 2019) e R\$73.983 (R\$66.606 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2018	Amortização		31/12/2019	Amortização		31/12/2020
Retiro Baixo	31.966	(1.390)		30.576	(1.390)		29.186
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(737)		17.263	(737)		16.526
Aliança Geração	377.534	(25.309)		352.225	(25.310)		326.915
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(1.972)		50.603	(1.971)		48.632
	480.075	(29.408)		450.667	(29.408)		421.259

Controladora	31/12/2018	Amortização	Impairment	31/12/2019	Amortização	Impairment	31/12/2020
Retiro Baixo	31.966	(1.390)	-	30.576	(1.390)	-	29.186
Central Eólica Praias de Parajuru	66.286	(6.214)	-	60.072	(6.214)	-	53.858
Central Eólica Volta do Rio (1)	95.819	(7.529)	(21.684)	66.606	(6.448)	13.825	73.983
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(737)	-	17.263	(737)	-	16.526
Aliança Geração	377.534	(25.309)	-	352.225	(25.310)	-	326.915
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(1.972)	-	50.603	(1.971)	-	48.632
	642.180	(43.151)	(21.684)	577.345	(42.070)	13.825	549.100

(1) Em virtude de análise de indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reverteu a perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020. Mais informações na nota explicativa nº 16.

b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 31/12/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	9.200	-	(9.713)	53.215
Guanhães Energia	131.076	315	-	-	131.391
Hidrelétrica Pipoca	30.730	11.285	-	(6.463)	35.552
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	166.617	42.757	-	-	209.374
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(227.333)	-	-	157.476
Baguari Energia	157.499	22.810	-	(21.280)	159.029
Lightger	46.487	12.231	-	(6.913)	51.805
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(62.754)	149	-	965.255
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(40.377)	438	-	631.227
Aliança Geração	1.191.550	89.120	-	(114.430)	1.166.240
Retiro Baixo	180.043	15.192	-	-	195.235
Total do investimento	4.041.565	(127.554)	587	(158.799)	3.755.799
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(8.994)	1.189	-	(29.615)
Total	4.019.755	(136.548)	1.776	(158.799)	3.726.184

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 30/12/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	10.473	-	(5.958)	-	53.728
Guanhães Energia	111.838	(528)	19.766	-	-	131.076
Hidrelétrica Pipoca	30.629	4.475	-	(4.374)	-	30.730
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(103.473)	-	-	-	166.617
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	470.022	(85.213)	-	-	-	384.809
Baguari Energia	162.224	22.401	-	(27.126)	-	157.499
Lightger	42.191	7.287	-	(2.991)	-	46.487
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	1.012.636	15.097	127	-	-	1.027.860
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	663.755	6.458	953	-	-	671.166
Aliança Geração	1.216.860	77.723	-	(103.033)	-	1.191.550
Retiro Baixo	170.720	12.659	-	(3.336)	-	180.043
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(50.027)	23.087	-	21.810	-
Total do investimento	4.205.308	(82.668)	43.933	(146.818)	21.810	4.041.565
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	-	-	-	-	(21.810)	(21.810)
Total	4.205.308	(82.668)	43.933	(146.818)	-	4.019.755

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	9.200	-	(9.713)	-	53.215
Guanhães Energia	131.076	315	-	-	-	131.391
Hidrelétrica Pipoca	30.730	11.285	-	(6.463)	-	35.552
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	166.617	42.757	-	-	-	209.374
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(227.333)	-	-	-	157.476
Baguari Energia	157.499	22.810	-	(21.280)	-	159.029
Central Eólica Praias Parajuru	149.260	(2.199)	14.000	-	-	161.061
Central Eólica Volta do Rio (1)	124.507	(28.896)	136.000	-	13.825	245.436
Lightger	46.487	12.231	-	(6.913)	-	51.805
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(62.754)	149	-	-	965.255
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(40.377)	438	-	-	631.227
Aliança Geração	1.191.550	89.120	-	(114.430)	-	1.166.240
Retiro Baixo	180.043	15.192	-	-	-	195.235
Cemig Baguari	19	(14)	50	-	-	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.407.996	177.542	-	(133.321)	-	1.452.217
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	446.318	58.511	-	(49.349)	-	455.480
Cemig Ger. Itutinga S.A.	183.617	21.775	-	(25.647)	-	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	136.140	24.706	-	(17.142)	-	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	179.275	19.225	-	(24.495)	-	174.005
Cemig Geração Leste S.A.	126.802	21.181	-	(20.855)	-	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	72.648	12.125	-	(903)	-	83.870
Rosal Energia S.A.	127.994	28.097	-	(29.071)	-	127.020
Sá Carvalho S.A.	123.929	33.405	-	(41.848)	-	115.486
Horizontes Energia S.A.	57.397	16.622	-	(18.558)	-	55.461
Cemig PCH S.A.	97.731	22.138	-	(29.971)	-	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	3.638	163	-	-	-	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	28.263	56.254	-	(27.679)	-	56.838
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (2)	3.359	751	-	(1.581)	(2.529)	-
Cemig Trading S.A.	31.027	29.115	-	(29.827)	-	30.315
Total do Investimento	7.341.485	362.947	150.637	(609.046)	11.296	7.257.319
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(8.994)	1.189	-	-	(29.615)
Total	7.319.675	353.953	151.826	(609.046)	11.296	7.227.704

- (1) Em virtude de análise de indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reverteu a perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020. Mais informações na nota explicativa nº 16.
- (2) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações. A movimentação apresentada na coluna “Outros” decorre da incorporação desta subsidiária.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	10.473	-	(5.958)	-	53.728
Guanhães Energia	111.838	(528)	19.766	-	-	131.076
Hidrelétrica Pipoca	30.629	4.475	-	(4.374)	-	30.730
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(103.473)	-	-	-	166.617
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(85.213)	-	-	-	384.809
Baguari Energia	162.224	22.401	-	(27.126)	-	157.499
Central Eólica Praias Parajuru	145.880	3.392	-	(12)	-	149.260
Central Eólica Volta do Rio (1)	180.976	(34.785)	-	-	(21.684)	124.507
Lightger	42.191	7.287	-	(2.991)	-	46.487
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	15.097	127	-	-	1.027.860
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	6.458	953	-	-	671.166
Aliança Geração	1.216.860	77.723	-	(103.033)	-	1.191.550
Retiro Baixo	170.720	12.659	-	(3.336)	-	180.043
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(50.027)	23.087	-	21.810	-
Cemig Baguari	36	(17)	-	-	-	19
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.395.614	169.890	-	(157.508)	-	1.407.996
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.083	64.894	-	(58.659)	-	446.318
Cemig Ger. Itutinga S.A.	178.545	37.522	-	(32.450)	-	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	131.570	31.712	-	(27.142)	-	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	176.424	36.310	-	(33.459)	-	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	120.686	29.320	-	(23.204)	-	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	69.898	16.924	-	(14.174)	-	72.648
Rosal Energia S.A.	124.897	24.540	-	(21.443)	-	127.994
Sá Carvalho S.A.	94.447	50.822	-	(21.340)	-	123.929
Horizontes Energia S.A.	54.953	18.510	-	(16.066)	-	57.397
Cemig PCH S.A.	92.987	19.373	-	(14.629)	-	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	18.406	1.460	-	(728)	(15.500)	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	26.755	55.083	-	(53.575)	-	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.841	1.582	-	(1.064)	-	3.359
Cemig Trading S.A.	28.135	59.144	-	(56.252)	-	31.027
Total do investimento	7.488.441	503.008	43.933	(678.523)	(15.374)	7.341.485
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	-	-	-	-	(21.810)	(21.810)
Total	7.488.441	503.008	43.933	(678.523)	(37.184)	7.319.675

- (1) Em virtude de resultado de análise de indicativos e realização do teste de *impairment*, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Central Eólica Volta do Rio, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2019.
- (2) A movimentação apresentada na coluna “Outros” refere-se à redução do capital social da investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 11 de fevereiro de 2019, com efeitos a partir de 20 de abril de 2019, conforme estabelecido pela Lei 6.404/1976.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	112.043	98.842	112.337	98.842
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	158.799	146.818	609.046	678.523
Recebimentos	(153.732)	(133.617)	(603.979)	(665.028)
Saldo final	117.110	112.043	117.404	112.337

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	2.259.093	15,51	10.619.786	3.704.760
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	108.602	49,00	35.000	109.649
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	268.144	49,00	548.626	267.503
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	72.554	49,00	41.360	62.715
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	229.189	69,39	186.573	226.984
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	105.724	49,00	79.232	94.871
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.188.963	49,00	1.208.071	1.266.453
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.295.644	74,50	1.322.598	1.379.678
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	324.810	49,90	225.350	299.532
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	N/D	N/D	36,23	2.960.776	(1.130.428)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	71.708.500	49,00	71.709	(60.438)	49,00	69.283	(44.510)
Controladas							
Cemig Baguari	356.000	100,00	356	55	100,00	306	19
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.452.217	100,00	1.291.423	1.407.996
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	455.480	100,00	405.268	446.318
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	179.745	100,00	151.309	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	143.704	100,00	113.499	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	174.006	100,00	148.147	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	127.128	100,00	100.569	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	83.870	100,00	60.595	72.648
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	127.019	100,00	46.944	127.994
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	115.486	100,00	36.833	123.929
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	55.461	100,00	39.258	57.397
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	89.898	100,00	45.952	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	1.402.000	100,00	1.402	3.801	100,00	1.402	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	56.838	100,00	486	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (3)	-	-	-	-	100,00	1.000	3.359
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	30.315	100,00	1.000	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	70.560.000	100,00	70.560	107.204	100,00	71.835	89.188
Central Eólica Volta do Rio S.A.	117.230.000	100,00	117.230	171.453	100,00	138.867	57.901

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- (2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento nessa investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. A Renova revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e reconheceu em suas demonstrações financeiras ajustes relacionados à equivalência patrimonial referentes ao exercício de 2018, o que gerou a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, a investida não havia concluído suas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020, motivo pelo qual suas informações contábeis não estão sendo divulgadas.
- (3) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a conseqüente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como segue:

2020	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Lightger
Ativo						
Circulante	29.758	63.452	13.299	945.143	21.114	103.508
Caixa e equivalentes de caixa	26.073	10.425	5.939	262.620	8.466	80.173
Não circulante	80.499	208.577	404.588	21.369.986	88.642	128.937
Total do ativo	110.257	272.029	417.887	22.315.129	109.756	232.445
Passivo						
Circulante	1.655	22.259	26.664	1.149.935	16.817	72.086
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.606	107.579	6.555	8.579
Não circulante	-	20.581	123.079	18.906.101	20.385	54.635
Empréstimos e financiamentos	-	-	105.515	4.902.313	19.975	54.613
Patrimônio líquido	108.602	229.189	268.144	2.259.093	72.554	105.724
Total do passivo e patrimônio líquido	110.257	272.029	417.887	22.315.129	109.756	232.445
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	33.739	73.595	49.008	3.200.238	33.550	51.938
Custos operacionais	(14.547)	(30.192)	(36.173)	(2.719.799)	(6.296)	(9.077)
Depreciação	(2.786)	(11.026)	(17.085)	(868.594)	(3.194)	(10.584)
Lucro bruto	19.192	43.403	12.835	480.439	27.254	42.861
Despesas gerais e administrativas	-	5.154	-	(82.383)	(1.472)	(1.297)
Receita financeira	1.022	2.168	333	258.775	303	2.029
Despesa financeira	(6)	(952)	(10.207)	(2.112.254)	(1.519)	(16.201)
Resultado operacional	20.208	49.773	2.961	(1.455.423)	24.566	27.392
Imposto de renda e contribuição social	(1.432)	(16.899)	(1.567)	9.756	(1.535)	(2.430)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.776	32.874	1.394	(1.445.667)	23.031	24.962
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.776	32.874	1.394	(1.445.667)	23.031	24.962
Resultado abrangente do exercício	18.776	32.874	1.394	(1.445.667)	23.031	24.962

2020	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	116	86.830	805.696	597	2.649
Caixa e equivalentes de caixa	101	74.234	385.220	572	2.465
Não circulante	1.296.085	331.496	2.460.761	1.188.588	10.429
Total do ativo	1.296.201	418.326	3.266.457	1.189.185	13.078
Passivo					
Circulante	557	29.623	503.049	222	73.516
Empréstimos e financiamentos	-	13.700	19.328	-	-
Não circulante	-	63.893	905.503	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	54.764	261.024	-	-
Patrimônio líquido (negativo)	1.295.644	324.810	1.857.905	1.188.963	(60.438)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	1.296.201	418.326	3.266.457	1.189.185	13.078
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	73.240	1.042.130	-	-
Custos operacionais	(173)	(29.230)	(580.208)	-	(12.990)
Depreciação	-	(10.526)	(153.517)	-	(44)
Lucro (prejuízo) bruto	(173)	44.010	461.922	-	(12.990)
Despesas gerais e administrativas	-	(3.839)	(46.537)	(976)	-
Receita financeira	1	1.853	28.160	28	71
Despesa financeira	(2)	(5.839)	(62.522)	(2)	(5.437)
Resultado operacional	(174)	36.185	381.023	(950)	(18.356)
Resultado de equivalência patrimonial	(84.060)	-	-	(77.435)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(3.034)	(126.735)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(84.234)	33.151	254.288	(78.385)	(18.356)
Resultado abrangente do exercício					
Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	(84.234)	33.151	254.288	(78.385)	(18.356)
Resultado abrangente do exercício	(84.234)	33.151	254.288	(78.385)	(18.356)

2019	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Lightger
Ativo						
Circulante	34.631	59.577	1.195	749.937	10.542	86.758
Caixa e equivalentes de caixa	30.341	8.827	422	77.538	2.395	69.419
Não circulante	82.183	187.511	267.384	21.679.635	89.940	124.500
Total do ativo	116.814	247.088	268.579	22.429.572	100.482	211.258
Passivo						
Circulante	7.165	15.571	1.062	1.176.997	11.196	53.373
Empréstimos e financiamentos	-	-	484	73.428	6.581	8.619
Não circulante	-	4.533	14	17.547.815	26.571	63.014
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	10.924.960	26.454	63.014
Patrimônio líquido	109.649	226.984	267.503	3.704.760	62.715	94.871
Total do passivo e patrimônio líquido	116.814	247.088	268.579	22.429.572	100.482	211.258
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	37.844	68.433	-	3.197.523	30.260	49.979
Custos operacionais	(16.832)	(23.132)	(1.502)	(2.508.203)	(14.575)	(27.227)
Depreciação	(2.773)	(8.868)	(10)	-	(3.143)	(10.584)
Lucro (prejuízo) bruto	21.012	45.301	(1.502)	689.320	15.685	22.752
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	(98.771)	(66)	(1.531)
Receita financeira	1.483	4.232	360	131.422	395	3.982
Despesa financeira	(13)	(669)	(42)	(1.683.378)	(3.629)	(7.411)
Resultado operacional	22.482	48.864	(1.184)	(961.407)	12.385	17.792
Imposto de renda e contribuição social	(1.775)	(16.581)	(10)	9.574	(928)	(2.942)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.707	32.283	(1.194)	(951.833)	11.457	14.850
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.707	32.283	(1.194)	(951.833)	11.457	14.850
Resultado abrangente do exercício	20.707	32.283	(1.194)	(951.833)	11.457	14.850

2019	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	81	68.182	831.517	1.155	2.783
Caixa e equivalentes de caixa	67	55.676	394.567	1.113	2.657
Não circulante	1.380.150	342.954	2.266.077	1.266.023	18.997
Total do ativo	1.380.231	411.136	3.097.594	1.267.178	21.780
Passivo					
Circulante	553	33.939	595.838	725	56.294
Empréstimos e financiamentos	-	13.703	152.305	-	-
Não circulante	-	77.665	643.851	-	9.996
Empréstimos e financiamentos	-	68.468	68.518	-	-
Patrimônio líquido (negativo)	1.379.678	299.532	1.857.905	1.266.453	(44.510)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	1.380.231	411.136	3.097.594	1.267.178	21.780
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	70.341	1.015.746	-	-
Custos operacionais	(199)	(30.119)	(629.653)	-	(102.347)
Depreciação	-	(8.841)	(122.102)	-	(126)
Lucro (prejuízo) bruto	(199)	40.222	386.093	-	(102.347)
Despesas gerais e administrativas	(16)	(3.582)	(29.607)	(1.717)	-
Receita financeira	1	2.989	34.172	57	256
Despesa financeira	(1)	(8.174)	(68.912)	(3)	(5)
Resultado operacional	(215)	31.455	321.746	(1.663)	(102.096)
Resultado de equivalência patrimonial	20.481	-	12.264	18.867	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(3.301)	(109.048)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.266	28.154	228.962	17.204	(102.096)
Resultado abrangente do exercício					
Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	20.266	28.154	228.962	17.204	(102.096)
Resultado abrangente do exercício	20.266	28.154	228.962	17.204	(102.096)

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a MESA apresentou prejuízo de R\$1.445.667 (R\$951.833 em 31 de dezembro de 2019) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$204.792 (R\$427.060 em 31 de dezembro de 2019).

Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678 milhões, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2020, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678 milhões.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Companhia instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo também é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)

A controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, vem incorrendo em prejuízos recorrentes, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) nos últimos anos.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a Companhia provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

Recuperação judicial - Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

Em 25 de outubro de 2019, a Companhia concedeu à Renova adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000 e subsequentemente, a Cemig (controladora da Companhia) firmou contratos de mútuo com Dívida na Posse (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos, realizados de acordo com normas específicas dos processos de recuperação judicial, foram necessários para custear as despesas de manutenção das atividades da Renova, e foram autorizados pela Segunda Falência do Estado de São Paulo e pelo Juízo da Recuperação Judicial, sendo garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, e também têm prioridade de recebimento em processo de recuperação judicial.

Em 02 de maio de 2020, o Tribunal de Falências e Recuperações Judiciais do Estado de São Paulo proferiu decisão determinando que o empréstimo DIP, no valor total de R\$36,5 milhões, com garantia patrimonial, já constituído e registrado, fosse subscrito como aumento de capital na Renova. A Companhia interpôs Embargos de Declaração e, em sessão permanente e virtual da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu dar provimento ao recurso. Com isso, as cláusulas do plano de recuperação que tratam dos contratos de empréstimos firmados pela Cemig são mantidas por enquanto.

Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o cumprimento do plano de reestruturação da Renova.

Em 8 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Prisma Capital Ltda. para aquisição dos direitos e ativos relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, na condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de preferência na aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação na Assembleia Geral de Credores, que ocorreu em 18 de dezembro de 2020. Os recursos obtidos serão destinados ao cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III-Fase A.

Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC), com homologação pelo judiciário. Na AGC foi exposta a racionalidade econômico-financeira dos dois planos: (i) captação de empréstimo ponte para finalização do parque Alto Sertão III, assinado em 17 de dezembro de 2020, pelo valor de R\$350 milhões na modalidade “*debtor-in-possession*” (“DIP”) pela subsidiária Chipley SP Participações S.A. e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A., a serem destinados especialmente para o retomada das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A; (ii) alienação de ativos, principalmente a participação societária na Brasil PCH, além de projetos de energia eólica em desenvolvimento; (iii) renegociação do prazo de liquidação de passivos, sem alteração de valores apenas de prazos e (iv) conclusão das obras do parque eólico Alto Sertão III Fase A. Nessa linha, os planos descrevem de forma pormenorizada os meios de recuperação, detalham o empréstimo ponte “DIP” e identificam as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), bem como o procedimento de alienação e a destinação dos recursos.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, espera-se que a Renova tenha os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais até a presente data não haviam sido concluídas: (i) os investimentos na Brasil PCH, ESPRA, Fase B e Mina de Ouro serão apresentados como mantido para venda, no ativo circulante; (ii) os passivos serão atualizados desde a data do pedido de recuperação judicial até 31 de dezembro de 2020 a 100% do CDI; (iii) os passivos com controladores serão atualizados a partir da data da homologação do pedido de recuperação judicial a 100% do CDI; (iii) os juros provisionados no período entre a aprovação do pedido e aprovação do plano serão estornados.

Em 11 de fevereiro de 2021, o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor do processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com uma proposta no valor de R\$58.386, 16,77% maior que o valor mínimo previsto no Plano. A Renova e o referido Fundo assinarão os instrumentos definitivos da aquisição nos termos do Edital da UPI Fase B, de forma a dar início ao cumprimento de condições precedentes usuais a transações dessa natureza.

Adicionalmente, em 1º de março de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou o aumento do capital social desta investida com o valor de até R\$1.420.786, sendo admitida homologação parcial, superior ou igual a R\$332.416, que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos Planos. O aumento de capital e respectivos valores estão sujeitos à homologação pelo Conselho de Administração da Renova, após encerrados os prazos de exercício do direito de preferência e de subscrição de sobras pelos titulares de direitos de subscrição. A Companhia não faz parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhará o referido aumento de capital, passando a participação da Companhia na Renova para 29,81% do capital votante e 15,15% do capital total, considerando que nenhum outro acionista acompanhe o aumento de capital. Essa redução da participação acionária na Renova não impactará no atual controle compartilhado da Renova.

Em 02 de março de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeito à implementação das condições suspensivas usuais de mercado.

No dia 05 de março de 2021, no contexto da Recuperação Judicial, a Renova recebeu R\$362.465 provenientes do empréstimo na modalidade “debtor-in-possession” (“DIP”) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. (“Quadra Capital”) e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP. Os recursos obtidos permitirão a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada e aprovada em juízo por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2020, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$160.351 (R\$3.309.499 em 31 de dezembro de 2019) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A NESA aderiu ao programa do BNDES de apoio à manutenção da capacidade produtiva, emprego e renda, diante do cenário da crise causada pela pandemia Covid-19, obtendo a suspensão do pagamento da Parcela Direta – FINEM de junho a novembro de 2020, e da Parcela Indireta de julho a dezembro de 2020, tendo como contrapartida a não distribuição de dividendos em 2020 acima de 25%. A adesão da investida a esse programa contribuiu significativamente para redução do seu capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2020.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.407.000 (R\$1.962.000 em 31 de dezembro de 2019).

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a 2ª fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da investida e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 31 de dezembro de 2020 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais foram prorrogados em fevereiro de 2021 por um período adicional de seis meses. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Em 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cujo processo de investigação está sendo conduzido por um novo Comitê Especial de Investigação – CEI, com o apoio de assessoria especializada.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	2020			2019		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.321.663	(5.091.975)	2.229.688	7.244.763	(4.929.379)	2.315.384
Terrenos	246.775	(22.624)	224.151	247.453	(19.178)	228.275
Reservatórios, barragens e adutoras	3.299.589	(2.279.878)	1.019.711	3.279.784	(2.199.659)	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.100.414	(835.826)	264.588	1.091.605	(818.120)	273.485
Máquinas e equipamentos	2.641.324	(1.924.711)	716.613	2.592.087	(1.864.599)	727.488
Veículos	20.602	(18.756)	1.846	20.616	(17.687)	2.929
Móveis e utensílios	12.959	(10.180)	2.779	13.218	(10.136)	3.082
Em curso	175.993	-	175.993	133.103	-	133.103
Ativos em curso	175.993	-	175.993	133.103	-	133.103
Imobilizado líquido	7.497.656	(5.091.975)	2.405.681	7.377.866	(4.929.379)	2.448.487

Controladora	2020			2019		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.182.139	(4.523.568)	1.658.571	6.153.927	(4.404.015)	1.749.912
Terrenos	242.176	(22.261)	219.915	243.194	(18.867)	224.327
Reservatórios, barragens e adutoras	3.021.850	(2.141.101)	880.749	3.003.075	(2.069.552)	933.523
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013.858	(797.915)	215.943	1.013.385	(782.773)	230.612
Máquinas e equipamentos	1.871.166	(1.533.759)	337.407	1.860.907	(1.505.381)	355.526
Veículos	20.388	(18.542)	1.846	20.401	(17.473)	2.928
Móveis e utensílios	12.701	(9.990)	2.711	12.965	(9.969)	2.996
Em curso	114.568	-	114.568	72.279	-	72.279
Ativos em curso	114.568	-	114.568	72.279	-	72.279
Imobilizado líquido	6.296.707	(4.523.568)	1.773.139	6.226.206	(4.404.015)	1.822.191

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa (3)	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	2.315.384	20.560	78.906	(3.126)	(182.036)	2.229.688
Terrenos (1)	228.275	340	-	(660)	(3.804)	224.151
Reservatórios, barragens e adutoras	1.080.125	-	19.870	(51)	(80.233)	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.485	-	9.434	(319)	(18.012)	264.588
Máquinas e equipamentos	727.488	20.204	49.580	(2.091)	(78.568)	716.613
Veículos	2.929	-	-	-	(1.083)	1.846
Móveis e utensílios	3.082	16	22	(5)	(336)	2.779
Em curso	133.103	112.485	(80.409)	10.814	-	175.993
Imobilizado líquido	2.448.487	133.045	(1.503)	7.688	(182.036)	2.405.681

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 16).
 (3) Inclui reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em curso.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Em serviço	2.540.035	-	48.828	(91.095)	(182.384)	2.315.384
Terrenos (1)	214.967	-	16.939	(153)	(3.478)	228.275
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	14.431	(4.756)	(80.045)	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.688	-	(15.851)	(5.682)	(18.670)	273.485
Máquinas e equipamentos	853.054	-	33.282	(80.501)	(78.347)	727.488
Veículos	4.525	-	(58)	-	(1.538)	2.929
Móveis e utensílios	3.306	-	85	(3)	(306)	3.082
Em curso	119.186	70.344	(45.090)	(11.337)	-	133.103
Imobilizado líquido	2.659.221	70.344	3.738	(102.432)	(182.384)	2.448.487

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço, do Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 13) e do Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 16).

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa (3)	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	1.749.912	6.839	39.615	(1.437)	(136.358)	1.658.571
Terrenos (1)	224.327	-	-	(660)	(3.752)	219.915
Reservatórios, barragens e adutoras	933.523	-	18.776	-	(71.550)	880.749
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.612	-	926	(56)	(15.539)	215.943
Máquinas e equipamentos	355.526	6.823	19.905	(716)	(44.131)	337.407
Veículos	2.928	-	-	-	(1.082)	1.846
Móveis e utensílios	2.996	16	8	(5)	(304)	2.711
Em curso	72.279	67.846	(39.615)	14.058	-	114.568
Imobilizado líquido	1.822.191	74.685	-	12.621	(136.358)	1.773.139

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
 (3) Inclui reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em curso.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Em serviço	1.939.887	-	23.982	(75.240)	(138.717)	1.749.912
Terrenos (1)	210.963	-	16.939	(151)	(3.424)	224.327
Reservatórios, barragens e adutoras	996.451	-	8.455	-	(71.383)	933.523
Edificações, obras civis e benfeitorias	269.263	-	(16.792)	(5.686)	(16.173)	230.612
Máquinas e equipamentos	455.563	-	15.296	(69.403)	(45.930)	355.526
Veículos	4.505	-	(59)	-	(1.518)	2.928
Móveis e utensílios	3.142	-	143	-	(289)	2.996
Em curso	85.318	22.286	(23.988)	(11.337)	-	72.279
Imobilizado líquido	2.025.205	22.286	(6)	(86.577)	(138.717)	1.822.191

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 13).

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,12%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2020	2019
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	218.111	217.210
Depreciação acumulada			(117.271)	(109.012)
Total em operação			100.840	108.198
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	1.580	980
Total em construção			1.580	980
Total			102.420	109.178

16. INTANGÍVEIS

Consolidado	2020			2019		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	298.944	(150.917)	148.027	296.397	(148.179)	148.218
Servidão	13.217	(4.045)	9.172	11.749	(3.292)	8.457
Concessão onerosa	19.169	(13.288)	5.881	19.169	(12.609)	6.560
Ativos da concessão (1)	202.338	(74.497)	127.841	202.337	(75.659)	126.678
Outros	64.220	(59.087)	5.133	63.142	(56.619)	6.523
Em curso	8.459	-	8.459	7.369	-	7.369
Ativos em formação	8.459	-	8.459	7.369	-	7.369
Intangível líquido	307.403	(150.917)	156.486	303.766	(148.179)	155.587

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$127.841 são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	2020			2019		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	94.430	(76.149)	18.281	93.366	(72.448)	20.918
Servidão	11.451	(3.923)	7.528	11.451	(3.292)	8.159
Concessão onerosa	19.169	(13.288)	5.881	19.169	(12.609)	6.560
Outros	63.810	(58.938)	4.872	62.746	(56.547)	6.199
Em curso	8.443	-	8.443	7.342	-	7.342
Ativos em formação	8.443	-	8.443	7.342	-	7.342
Intangível líquido	102.873	(76.149)	26.724	100.708	(72.448)	28.260

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Impairment (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	148.218	-	13.825	3.456	(17.472)	148.027
Servidão	8.457	-	-	1.468	(753)	9.172
Concessão onerosa	6.560	-	-	-	(679)	5.881
Ativos da concessão	126.678	-	13.825	-	(12.662)	127.841
Outros	6.523	-	-	1.988	(3.378)	5.133
Em curso	7.369	3.043	-	(1.953)	-	8.459
Ativos em formação	7.369	3.043	-	(1.953)	-	8.459
Total	155.587	3.043	13.825	1.503	(17.472)	156.486

- (1) Saldo referente à reversão de perda no valor recuperável de R\$13.825, reconhecida “em outras receitas” como resultado do teste de impairment dos ativos de concessão de geração eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020. Mais informações no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Saldo referente à transferência do Ativo Imobilizado (vide nota explicativa nº 15) e de bens em curso para bens em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Impairment (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Em serviço	191.135	-	(21.684)	(2.562)	(667)	(18.004)	148.218
Servidão	9.085	-	-	-	-	(628)	8.457
Concessão onerosa	7.239	-	-	-	-	(679)	6.560
Direitos de exploração	162.106	-	(21.684)	667	(667)	(13.744)	126.678
Outros	12.705	-	-	(3.229)	-	(2.953)	6.523
Em curso	6.448	2.103	-	(1.182)	-	-	7.369
Ativos em formação	6.448	2.103	-	(1.182)	-	-	7.369
Total	197.583	2.103	(21.684)	(3.744)	(667)	(18.004)	155.587

- (1) Inclui a redução ao valor recuperável do ativo intangível relativo à mais valia da concessão da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, reconhecido no resultado em “outras despesas”. Mais informações no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Saldo referente à transferência para o Ativo Imobilizado (vide nota explicativa nº 15) e de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	20.918	-	1.942	(4.579)	18.281
Servidão	8.159	-	-	(631)	7.528
Concessão onerosa	6.560	-	-	(679)	5.881
Outros	6.199	-	1.942	(3.269)	4.872
Em curso	7.342	3.043	(1.942)	-	8.443
Ativos em formação	7.342	3.043	(1.942)	-	8.443
Total	28.260	3.043	-	(4.579)	26.724

- (1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Em serviço	24.267	-	882	(4.231)	20.918
Servidão	8.787	-	-	(628)	8.159
Concessão onerosa	7.239	-	-	(679)	6.560
Outros	8.241	-	882	(2.924)	6.199
Em curso	6.448	1.776	(882)	-	7.342
Ativos em formação	6.448	1.776	(882)	-	7.342
Total	30.715	1.776	-	(4.231)	28.260

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 12,46%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Em 2019, a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo intangível relativo ao direito de autorização de geração eólica da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, registrada em “outras despesas” decorrente do não atingimento da performance operacional esperada para os ativos da controlada.

Em 31 de dezembro de 2020, diante da conclusão da reforma dos 19 aerogeradores da controlada, e a plena retomada da sua capacidade de geração de energia, a Companhia realizou o teste de impairment de seus ativos operacionais e foi constatado que será reestabelecido o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da controlada. Assim, a Companhia reverteu parcela da perda reconhecida, resultando na reversão líquida de R\$13.825 em 31 de dezembro de 2020, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultado.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei 13.203/2015.

Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à Aneel os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre – ACL que optarem por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e pela Lei 14.052, de 8 de setembro de 2020. A Administração da Companhia aguarda a homologação e publicação dos valores de extensão da outorga de suas concessões pela Aneel para, posteriormente, submetê-los à aprovação dos órgãos de governança da Companhia. Desta forma, nenhum impacto decorrente deste assunto foi registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos dados informados pela CCEE à ANEEL as usinas da Companhia têm direito aos seguintes prazos de extensão:

Usina	Garantia Física (MW médios)	Estimativa Extensão da Concessão (meses)
Emboração	500	23
Nova Ponte	270	25
Sá Carvalho	56	22
Rosal	29	46
Outras (1)	399	-

(1) Inclui 11 usinas, sendo 7 da Cemig GT, 1 da Cemig PCH e 3 da Horizontes, cujo prazo médio de extensão varia entre 1 e 84 meses.

Os efeitos contábeis decorrentes da repactuação do risco hidrológico consistem no reconhecimento de um ativo intangível, relacionado ao direito de outorga em função da compensação por custos incorridos em exercícios anteriores, com base no valor justo, tendo como contrapartida o resultado do exercício, na rubrica de compensação de custos de energia elétrica, e ocorrerão a partir da aprovação pelos órgãos de governança da Companhia da proposta de repactuação do risco hidrológico, esperada para ocorrer ao final do primeiro semestre de 2021.

Com a aprovação da Lei 14.120/2021, foi reconhecido o direito ao ressarcimento das usinas do Lote D, permitindo à CCEE efetuar novo cálculo incluindo essas usinas, indicando o direito à extensão de suas concessões ao máximo permitido (7 anos). A oficialização destes valores ainda está pendente de regulamentação a ser expedida pela Aneel.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício de 2020 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto às instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados em 2019 e 2020		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do contrato de arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.823	16.379	61.202
Adição	11.396	114	11.510
Amortização (1)	(10.402)	(5.993)	(16.395)
Remensuração (2)	(3.557)	224	(3.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.260	10.724	52.984
Baixa (contratos encerrados)	(1.002)	-	(1.002)
Adição	1.415	-	1.415
Amortização (1)	(6.494)	(6.086)	(12.580)
Remensuração (2)	1.545	(478)	1.067
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.724	4.160	41.884

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.735	14.810	59.545
Adição	11.109	114	11.223
Amortização (1)	(10.384)	(5.470)	(15.854)
Remensuração (2)	(3.557)	224	(3.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.903	9.678	51.581
Baixa (contratos encerrados)	(692)	-	(692)
Adição	146	-	146
Amortização (1)	(6.435)	(5.558)	(11.993)
Remensuração (2)	1.510	(534)	976
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.432	3.586	40.018

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$572 e R\$573, para consolidado e controladora, respectivamente (R\$1.261 em 2019 para consolidado e controladora).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	61.202	59.545
Adição	11.510	11.223
Juros incorridos (1)	7.168	7.014
Arrendamentos pagos	(20.401)	(19.796)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.087)	(1.054)
Remensuração (2)	(3.333)	(3.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.059	53.599
Baixa (contratos encerrados)	(1.502)	(1.196)
Adição	1.415	146
Juros incorridos (1)	5.734	5.508
Arrendamentos pagos	(16.494)	(15.724)
Juros sobre arrendamentos pagos	(736)	(723)
Remensuração (2)	1.067	976
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.543	42.586
Passivo circulante	8.702	7.908
Passivo não circulante	35.841	34.678

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$392 e R\$388 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$558 em 2019 para consolidado e controladora).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	135.106	44.543	129.927	42.586
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	11.768	3.656	11.632	3.607

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2021	10.047	9.196
2022	5.310	5.123
2023	5.298	5.115
2024	5.296	5.115
2025	5.296	5.115
2026 a 2045	103.859	100.263
Valores não descontados	135.106	129.927
Juros embutidos	(90.563)	(87.341)
Passivo de arrendamento	44.543	42.586

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Suprimento e transporte de energia elétrica	394.406	354.570	340.010	344.248
Materiais e serviços	71.533	67.742	52.564	52.069
	465.939	422.312	392.574	396.317

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Circulante				
ICMS	20.597	15.410	15.663	11.723
Pasep (2)	17.339	13.668	15.618	12.270
Cofins (2)	78.801	61.768	72.018	56.453
INSS	7.066	5.340	5.662	4.378
ISSQN	2.145	1.893	1.756	1.430
Outros (1)	39.293	5.289	39.058	4.874
	165.241	103.368	149.775	91.128
Não circulante				
Pasep (3)	46.867	40.344	46.854	40.302
Cofins (3)	215.878	185.893	215.819	185.655
	262.745	226.237	262.673	225.957
	427.986	329.605	412.448	317.085

- (1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio, cujo recolhimento ocorreu no primeiro decêndio de 2020, em conformidade à legislação tributária.
- (2) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das demonstrações financeiras. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.9 e 13.
- (3) Referem-se ao diferimento desses tributos incidentes sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.9 e 13.

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado 2020			Consolidado 2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	58.909	7.795.050	7.853.959	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(15.664)	(15.664)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(25.314)	(25.314)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				58.909	7.754.072	7.812.981	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	17.204	-	17.204	60.516
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	14.086	-	14.086	117.710
Dívida em moeda nacional				31.290	-	31.290	178.411
Total de empréstimos e financiamentos				90.199	7.754.072	7.844.271	6.221.457
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	394.672	366.848	761.520	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	-	-	-	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.839	-	288.839	578.067
(-) Custos de transação				(8.900)	(19)	(8.919)	(18.022)
Total de debêntures				674.611	366.829	1.041.440	1.665.326
Total geral				764.810	8.120.901	8.885.711	7.886.783

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (2) Central Eólica Praias de Parajuru.
- (3) Central Eólica Volta do Rio.
- (4) Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 2020			Controladora 2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	58.909	7.795.050	7.853.959	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(15.664)	(15.664)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(25.314)	(25.314)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				58.909	7.754.072	7.812.981	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Dívida em moeda nacional				-	-	-	185
Total de empréstimos e financiamentos				58.909	7.754.072	7.812.981	6.043.231
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	394.672	366.848	761.520	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	-	-	-	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.839	-	288.839	578.067
(-) Custos de transação				(8.900)	(19)	(8.919)	(18.022)
Total de debêntures				674.611	366.829	1.041.440	1.665.326
Total geral				733.520	8.120.901	8.854.421	7.708.557

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (2) Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	2020
Aval e fiança	8.574.463
Recebíveis	31.290
Ações	279.958
Total	8.885.711

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas					
Dólar Norte Americano	58.909	-	-	7.795.050	7.853.959
Total por moedas	58.909	-	-	7.795.050	7.853.959
Indexadores					
IPCA (1)	394.672	366.848	-	-	761.520
CDI (2)	288.839	-	-	-	288.839
TJLP (3)	31.290	-	-	-	31.290
Total por indexadores	714.801	366.848	-	-	1.081.649
(-) Custos de transação	(8.900)	(19)	-	(15.664)	(24.583)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	(25.314)	(25.314)
Total geral	764.810	366.829	-	7.754.072	8.885.711

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas					
Dólar Norte Americano	58.909	-	-	7.795.050	7.853.959
Total por moedas	58.909	-	-	7.795.050	7.853.959
Indexadores					
IPCA (1)	394.672	366.848	-	-	761.520
CDI (2)	288.839	-	-	-	288.839
Total por indexadores	683.511	366.848	-	-	1.050.359
(-) Custos de transação	(8.900)	(19)	-	(15.664)	(24.583)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	(25.314)	(25.314)
Total geral	733.520	366.829	-	7.754.072	8.854.421

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado de Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada em 2020 (%)	Varição acumulada em 2019 (%)	Indexador	Varição acumulada em 2020 (%)	Varição acumulada em 2019 (%)
Dólar Norte-Americano	28,93	4,02	IPCA	4,52	4,31
			CDI	2,77	5,97
			TJLP	(18,31)	(20,20)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198.912	8.035.545
Varição monetária	50.969	38.289
Varição cambial	233.846	233.846
Encargos financeiros provisionados	804.721	802.542
Amortização dos custos de transação	11.706	11.706
Encargos financeiros pagos	(803.307)	(803.307)
Amortização de principal	(610.064)	(610.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.886.783	7.708.557
Varição monetária	43.337	35.134
Varição cambial	1.749.000	1.749.000
Encargos financeiros provisionados	926.183	923.243
Amortização dos custos de transação	12.095	12.095
Encargos financeiros pagos (1)	(924.896)	(923.510)
Amortização de principal	(806.791)	(650.098)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.885.711	8.854.421

(1) O valor do IRRF sobre a remessa de juros ao exterior, no montante de R\$130.296, foi compensado com créditos de PIS/Pasep e Cofins.

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (4)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (3)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

(1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

(2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.

(3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, iniciado em julho de 2020.

(4) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de dezembro de 2020, com exceção do descumprimento de “Covenant” financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$2.012, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais. As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	2.805	5.949	-	3.100
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	12.976	9.767	9.004	6.951
Conta de desenvolvimento energético – CDE	64.179	58.327	64.179	58.327
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	1.511	999	721	809
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	7.435	8.353	7.435	8.353
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.980	1.503	1.329	1.106
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	137.557	128.248	125.146	118.283
Pesquisa expansão sistema energético	1.129	937	804	692
	229.572	214.083	208.618	197.621
Passivo circulante	172.619	168.785	160.872	157.638
Passivo não circulante	56.953	45.298	47.746	39.983

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A tem a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os empregados e aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2020.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$106.940 (R\$128.172 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$122.234 (R\$124.499 em 31 de dezembro de 2019, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$82.114, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$40.120. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.980.490	717.713	13.891	120.823	3.832.917
Valor justo dos ativos do plano	(2.380.823)	-	-	-	(2.380.823)
Passivo líquido inicial	599.667	717.713	13.891	120.823	1.452.094
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	5.591	-	-	-	5.591
Passivo líquido no balanço patrimonial	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.976.005	672.996	12.850	125.801	3.787.652
Valor justo dos ativos do plano	(2.367.313)	-	-	-	(2.367.313)
Passivo líquido inicial	608.692	672.996	12.850	125.801	1.420.339
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	14.548	-	-	-	14.548
Passivo líquido no balanço patrimonial	623.240	672.996	12.850	125.801	1.434.887

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	2.483.291	515.889	10.374	94.372	3.103.926
Custo do serviço corrente	231	3.196	76	582	4.085
Juros sobre a obrigação atuarial	216.300	45.814	921	8.475	271.510
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	1.581	58	3	32	1.674
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	470.267	123.699	2.390	28.000	624.356
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(328)	13.410	(322)	(3.227)	9.533
	471.520	137.167	2.071	24.805	635.563
Benefícios pagos	(195.337)	(29.070)	(592)	(2.433)	(227.432)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	2.976.005	672.996	12.850	125.801	3.787.652
Custo do serviço corrente	481	5.010	121	897	6.509
Juros sobre a obrigação atuarial	199.016	46.644	895	8.915	255.470
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	30.166	88.204	895	-	119.265
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(87.302)	(32.490)	(835)	(7.382)	(128.009)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	60.503	(30.905)	592	(5.061)	25.129
	3.367	24.809	652	(12.443)	16.385
Benefícios pagos	(198.379)	(31.746)	(627)	(2.347)	(233.099)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	2.980.490	717.713	13.891	120.823	3.832.917

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	2.071.598
Retorno real dos investimentos	445.920
Contribuições do empregador	45.132
Benefícios pagos	(195.337)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	2.367.313
Retorno real dos investimentos	164.125
Contribuições do empregador	47.764
Benefícios pagos	(198.379)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	2.380.823

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2020 e 2019 são como segue:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	481	5.010	121	897	6.509
Juros sobre a obrigação atuarial	199.016	46.644	895	8.915	255.470
Rendimento sobre os ativos do plano	(156.177)	-	-	-	(156.177)
Despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	43.320	51.654	1.016	9.812	105.802

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	231	3.196	76	582	4.085
Juros sobre a obrigação atuarial	216.300	45.814	921	8.475	271.510
Rendimento sobre os ativos do plano	(175.137)	-	-	-	(175.137)
Despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	41.394	49.010	997	9.057	100.458

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	456.211	515.889	10.374	94.372	1.076.846
Despesa reconhecida no resultado	41.394	49.010	997	9.057	100.458
Contribuições pagas	(45.132)	(29.070)	(592)	(2.433)	(77.227)
Perdas atuariais (1)	170.767	137.167	2.071	24.805	334.810
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	623.240	672.996	12.850	125.801	1.434.887
Despesa reconhecida no resultado	43.320	51.654	1.016	9.812	105.802
Contribuições pagas	(47.764)	(31.746)	(627)	(2.347)	(82.484)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(13.538)	24.809	652	(12.443)	(520)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685
				2020	2019
Passivo circulante				66.206	62.550
Passivo não circulante				1.391.479	1.372.337

(1) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$93.882 em 2020 (R\$87.765 em 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$11.920 em 2020 (R\$12.693 em 2019).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2021 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	523	5.063	128	796	6.510
Juros sobre a obrigação atuarial	198.471	49.945	984	8.611	258.011
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(157.116)	-	-	-	(157.116)
Estimativa da despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	41.878	55.008	1.112	9.407	107.405

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2021 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	201.052	37.609	648	4.055	243.364

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2021 no montante de R\$50.030 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$21.363 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
11,58	12,81	13,80	15,01	18,66

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	2020	2019
Ações	9,25%	9,51%
Títulos de renda fixa	72,18%	72,28%
Imóveis	3,71%	3,79%
Outros	14,86%	14,42%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

Consolidado	2020	2019
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	135.321	203.313
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	61.344	135.935
	196.665	339.248

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2020			2019		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,83%	7,14%	7,25%	6,87%	7,09%	7,19%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,83%	Não aplicável	Não aplicável	6,87%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,32%	3,32%	3,32%	3,61%	3,61%	3,61%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,32%	Não aplicável	4,56%	3,61%	Não aplicável	4,85%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1,00% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	72.538	17.358	288	(3.457)	86.727
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(72.974)	(17.459)	(291)	3.676	(87.048)
Decréscimo de 1,00% na taxa de desconto	347.715	103.294	2.196	23.780	476.985

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2020
Trabalhistas	69.043	12.431	(9.322)	(13.438)	58.714
Cíveis	182	18	-	-	200
Tributárias	285.940	21.858	(8)	(738)	307.052
Regulatórias	3.004	1.172	(14)	(736)	3.426
Outras	42.288	7.295	(105)	(322)	49.156
Total	400.457	42.774	(9.449)	(15.234)	418.548

Consolidado	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	54.901	29.965	(2.537)	(13.286)	69.043
Cíveis	168	144	-	(130)	182
Tributárias	2.874	284.290	(724)	(500)	285.940
Regulatórias	2.521	1.781	-	(1.298)	3.004
Outras	38.244	5.152	(665)	(443)	42.288
Total	98.708	321.332	(3.926)	(15.657)	400.457

Controladora	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2020
Trabalhistas	69.044	12.358	(9.322)	(13.393)	58.687
Cíveis	182	18	-	-	200
Tributárias	285.903	21.846	(8)	(727)	307.014
Regulatórias	3.004	1.172	(14)	(736)	3.426
Outras	42.072	7.184	-	(322)	48.934
Total	400.205	42.578	(9.344)	(15.178)	418.261

Controladora	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	54.035	29.965	(1.670)	(13.286)	69.044
Cíveis	168	144	-	(130)	182
Tributárias	2.874	284.253	(724)	(500)	285.903
Regulatórias	2.521	1.781	-	(1.298)	3.004
Outras	38.195	4.983	(665)	(441)	42.072
Total	97.793	321.126	(3.059)	(15.655)	400.205

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$140.378 (R\$163.224 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$58.714 foram provisionados (R\$69.043 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas Ações Declaratórias de Constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa SELIC, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa SELIC de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$363.833 (R\$341.988 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$304.022 (R\$283.861 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 31 de dezembro de 2020, para liquidar estas discussões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, Pis e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$77.538 (R\$80.249 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.130 foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Demais Ações tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$71.018 (R\$61.482 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.900 (R\$2.079 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$48.213 (R\$31.302 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$3.426 (R\$3.004 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$237.534 (R\$148.475 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$49.356 foram provisionados (R\$42.470 em 31 de dezembro de 2019). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$67.371 (R\$66.483 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$69.439 (R\$68.137 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$18.146 (R\$17.747 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$85.580 (R\$83.344 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$376.228 (R\$343.469 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACPs) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,50% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. Em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a norma estadual que impõe à concessionária de energia elétrica o investimento de parcela da receita adquirida em proteção e preservação de recursos hídricos é inconstitucional por caracterizar intervenção indevida do Estado no contrato de concessão da exploração do aproveitamento energético dos cursos de água, atividade de competência da União. Em decorrência desta decisão, a Companhia reavaliou a probabilidade de perda para remota. O montante envolvido na discussão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$186.064 (R\$165.299 em 31 de dezembro de 2019).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$105.552 (R\$95.215 em 31 de dezembro de 2019).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$51.936 (R\$42.799 em 31 de dezembro de 2019), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$76.005 em 31 de dezembro de 2020 e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$4.000.000 (R\$2.600.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Aumento de capital

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 31 de julho de 2020 aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.400.000, para atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2019 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excederam o capital social em R\$113.360. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, para R\$4.000.000, sendo mantidos o número e características das ações.

b) Lucro por ação – básico e diluído

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2020	2019 (Reapresentado)
Quantidade de ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício	1.055.535	901.358
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,36	0,31

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

c) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	2020	2019 (Reapresentado)
Reservas de lucros		
Reserva legal	264.756	212.023
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	44.727	43.850
Reserva de lucros a realizar	222.935	-
Reserva de retenção de lucros	1.540.459	2.501.337
	2.072.877	2.757.210

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A partir de 2020 a reserva legal passou a ser calculada com base no lucro líquido do exercício ajustado pela reserva de incentivos fiscais.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das SAs permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

O Estatuto da Companhia estabelece que, além do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido do exercício, o saldo após a retenção dos valores previstos para investimentos em orçamento de capital será distribuído a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, observada a disponibilidade de caixa.

Em 2020, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$1.055.535, sendo que o resultado líquido positivo da revisão tarifária da transmissora – RTP, e o ganho com instrumentos financeiros derivativos, marcados a mercado, corresponderam aos montantes de R\$502.108 e R\$1.752.688, respectivamente, o que permitiria a constituição de reserva de lucros a realizar, a critério da Companhia, em função da não realização financeira do lucro líquido do exercício.

A constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, que representam o montante de R\$561.548, conforme detalhado na sequência desta nota explicativa.

Dessa forma, considerando a proposta de pagamento de dividendos obrigatórios, conforme descrito em maiores detalhes na alínea “d”, e a proposta de retenção de lucros, conforme orçamento de capital para o exercício de 2021, a Administração da Companhia está propondo a constituição de reserva de lucros a realizar no montante de R\$222.935, conforme segue:

	2020
Lucro líquido do exercício	1.055.535
Reserva de incentivos fiscais	(877)
Reserva legal	(52.733)
Dividendos obrigatórios (d)	(336.348)
Juros sobre o capital próprio (d)	(225.200)
Saldo a distribuir	440.377
Custo atribuído de imobilizado	10.040
Ajustes saldos de abertura	211.640
Reserva de retenção de lucros	(439.122)
Reserva de lucros a realizar	222.935

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão acrescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2020 é R\$44.727 (R\$43.850 em 31 de dezembro de 2019).

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 23 de dezembro de 2020, a Diretoria Executiva deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP no montante de R\$225.200, a ser compensado com o dividendo mínimo obrigatório de 2020, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$76.568, reconhecidos no resultado do exercício de 2020.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2020 e 2019 é conforme segue:

	2020	2019 (Reapresentado)
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.055.535	901.358
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido	527.768	417.539
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	33.780	40.500
	561.548	458.039
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	225.200	270.000
Dividendos estatutários	336.348	188.039
	561.548	458.039
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,12	0,06
Juros sobre capital próprio (em R\$)	0,08	0,09

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	660.068	659.622
Proposta dividendos	188.039	188.039
Declaração de juros sobre capital próprio	270.000	270.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(40.500)	(40.500)
Pagamento	(295.838)	(295.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	781.769	781.769
Proposta dividendos	336.348	336.348
Declaração de Juros sobre capital próprio	225.200	225.200
IRPJ sobre juros sobre capital próprio	(33.780)	(33.780)
Pagamento dividendos e JCP	(417.539)	(417.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	891.998	891.998

e) Destinação do Resultado de 2020 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2021, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2020, no montante de R\$1.055.535, do saldo de realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$10.040 e do ajuste de exercícios anteriores referente à aplicação retrospectiva de política contábil no montante de R\$211.640:

- R\$52.733 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$561.548 sejam destinados ao pagamento de dividendos, da seguinte forma:
 - R\$225.200 por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 23 de dezembro de 2020;
 - R\$336.348 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$877 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R\$222.935 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Lucros a Realizar, considerando a parcela do lucro líquido de 2020 ainda não realizada financeiramente
- R\$439.122 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	2020	2019
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(627.323)	(627.666)
Custo atribuído de imobilizado	396.617	406.657
Ajustes de avaliação patrimonial	(230.706)	(221.009)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem nos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

25. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	7.337.485	7.037.448	6.579.404	6.301.190
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	511.366	550.289	516.487	554.521
Receita de construção (c) (nota 13)	201.451	311.759	201.451	311.759
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 13)	411.968	327.995	411.968	327.995
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	347.057	318.267	-	-
Transações com energia na CCEE (d)	153.762	438.555	105.327	393.667
Ressarcimentos contratuais (1)	-	64.640	-	64.640
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8a)	-	413.616	-	397.301
Outras receitas operacionais (e)	140.271	182.038	81.988	80.310
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (f)	(1.747.272)	(1.824.220)	(1.567.880)	(1.645.442)
	7.356.088	7.820.387	6.328.745	6.785.941

(1) Ressarcimento pela suspensão de fornecimentos de energia - Renova.

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	2020		2019		2020		2019	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	10.958.355	2.944.091	12.489.908	3.181.501	10.217.317	2.760.372	11.478.691	2.928.232
Comercial	4.187.321	904.927	4.121.020	891.284	4.174.499	897.680	4.092.905	879.067
Rural	16.814	4.577	3.038	844	16.814	4.577	3.038	844
Subtotal	15.162.490	3.853.595	16.613.966	4.073.629	14.408.630	3.662.629	15.574.634	3.808.143
Fornec. não faturado, líquido	-	(4.254)	-	16.058	-	(13.364)	-	20.000
	15.162.490	3.849.341	16.613.966	4.089.687	14.408.630	3.649.265	15.574.634	3.828.143
Suprim. outras concessionárias (2)	14.037.374	3.437.077	12.050.102	3.014.654	12.710.409	2.866.257	11.158.662	2.546.543
Suprimento não faturado líquido	-	51.067	-	(66.893)	-	63.882	-	(73.496)
	29.199.864	7.337.485	28.664.068	7.037.448	27.119.039	6.579.404	26.733.296	6.301.190

(1) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 13.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executadas, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de construção e melhorias	201.451	311.759
Custo de construção e melhorias	(146.652)	(220.390)
Margem	54.799	91.369
Mark-up (%)	37,37%	41,46%
Receita de operação e manutenção	511.366	550.289
Custo de operação e manutenção	(224.406)	(387.628)
Margem	286.960	162.661
Mark-up (%)	127,88%	41,96%

(c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

(d) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(e) Outras receitas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Prestações de serviços	117.766	160.623	59.483	58.896
Subvenções	21.193	17.563	21.193	17.563
Aluguel e arrendamento	1.141	2.196	1.141	2.196
Outras receitas	171	1.656	171	1.655
	140.271	182.038	81.988	80.310

(f) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 Reapresentado	2020	2019 Reapresentado
Tributos sobre a Receita				
ICMS	578.566	640.278	521.669	570.238
Cofins	627.861	645.878	561.031	580.975
PIS/Pasep	136.531	141.378	121.802	126.133
ISSQN	5.158	6.768	2.000	2.660
	1.348.116	1.434.302	1.206.502	1.280.006
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	15.275	16.007	13.000	13.840
Conta de desenvolvimento energético – CDE	233.998	235.037	233.998	235.037
Proinfa	38.532	52.042	38.532	52.042
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	13.651	13.228	10.568	10.267
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	13.651	13.228	10.568	10.267
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.825	6.614	5.284	5.133
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	14.761	10.753	8.882	8.501
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	62.463	43.009	40.546	30.349
	399.156	389.918	361.378	365.436
	1.747.272	1.824.220	1.567.880	1.645.442

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Pessoal (a)	306.535	321.745	287.008	302.199
Participação dos empregados no resultado	35.796	62.726	35.648	62.528
Obrigações pós-emprego (nota 22)	93.882	87.765	93.882	87.765
Materiais	16.759	22.944	9.951	15.704
Serviços de terceiros (b)	157.568	169.523	117.903	128.928
Depreciação e amortização (1)	211.514	215.522	152.358	157.541
Provisões (c)	97.951	1.110.196	88.004	1.080.026
Encargos de uso da rede básica de transmissão	199.246	189.901	146.371	137.186
Energia elétrica comprada para revenda (d)	4.026.190	3.841.262	3.905.833	3.780.346
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	146.652	220.390	146.652	220.390
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	56.066	190.818	12.620	143.523
	5.348.159	6.432.792	4.996.230	6.116.136

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$572 no consolidado e R\$573 na controladora.

a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação. O custo total para o programa corresponde a R\$11.348, representando a adesão de 61 empregados.

Em março de 2019, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$5.854 representando a adesão de 42 empregados.

b) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Comunicação	2.960	3.845	2.560	3.169
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	40.826	41.954	19.629	23.028
Conservação e limpeza de prédios	25.006	27.142	20.316	21.136
Mão de obra contratada	2.663	1.875	2.631	1.815
Fretes e passagens	560	2.464	559	2.461
Hospedagem e alimentação	1.970	3.587	1.932	3.565
Vigilância	8.676	8.234	5.674	5.345
Consultoria	8.519	5.462	8.056	4.998
Tecnologia da informação	18.427	12.416	15.424	10.595
Energia elétrica	4.112	3.918	3.458	3.289
Meio ambiente	7.726	12.397	6.345	8.740
Limpeza de faixas	5.117	3.858	5.117	3.829
Serviços de reprografia	1.868	2.512	1.147	1.646
Serviços advocatícios e custas processuais	3.888	7.853	3.652	7.395
Outros	25.250	32.006	21.403	27.917
	157.568	169.523	117.903	128.928

c) Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 8) (1)	11.054	38.407	1.198	7.576
Perda estimada para outros créditos a receber	258	2.659	258	2.659
Perda estimada com partes relacionadas (nota 28) (2)	-	688.031	-	688.031
Provisão para contingências (nota 23) (3)				
Trabalhistas	3.109	27.428	3.036	28.295
Cíveis	18	144	18	144
Tributárias	21.850	283.566	21.838	283.529
Regulatórias	1.158	1.781	1.158	1.781
Outras	7.190	4.487	7.184	4.318
	33.325	317.406	33.234	318.067
	44.637	1.046.503	34.690	1.016.333
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 29)	53.314	63.693	53.314	63.693
	97.951	1.110.196	88.004	1.080.026

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
- (2) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.
- (3) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.
- (4) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do exercício como despesas operacionais.
- (5) A provisão constituída em 2019 decorre da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 23.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Energia de curto prazo – CCEE	440.519	112.934	338.982	78.335
Energia adquirida no ambiente livre	3.976.906	4.097.596	3.950.026	4.067.503
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(391.235)	(369.268)	(383.175)	(365.492)
	4.026.190	3.841.262	3.905.833	3.780.346

e) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal	8.370	9.229	8.370	9.229
Materiais	90.176	130.369	90.176	130.369
Serviços de terceiros	48.153	80.304	48.153	80.304
Outros (recuperação de despesas)	(47)	488	(47)	488
	146.652	220.390	146.652	220.390

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Arrendamentos e aluguéis (1)	4.194	7.561	2.747	6.047
Propaganda e publicidade	1.640	3.166	1.571	3.166
Subvenções e doações	4.257	11.071	163	7.772
Despesa concessão onerosa	2.801	2.958	2.791	2.948
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.684	2.626	1.135	1.548
Anuidade CCEE	2.565	2.986	2.543	2.985
Seguros	12.514	6.222	10.465	4.696
Resultado líquido na desativação e alienação de bens (3)	(28.082)	68.006	(28.098)	67.744
Forluz – Custeio administrativo	6.618	6.844	6.617	6.843
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	9.289	32.088	9.289	32.088
Ajuste referente à perda (reversão) por desvalorização em investimentos (nota 14)	(13.825)	21.684	-	-
Outros	52.411	25.606	3.397	7.686
	56.066	190.818	12.620	143.523

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$119 milhões (R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2019), cabendo à Cemig o valor de R\$41 milhões (R\$32 milhões em 31 de dezembro de 2019).
- (3) R\$70.908 refere-se ao reconhecimento das despesas com a desativação da usina de Igarapé no exercício de 2019.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	33.268	42.491	21.613	22.124
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	8.928	19.204	4.456	5.795
Variação monetária	16.953	12.876	14.185	12.470
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	3.873	12.226	3.768	11.644
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 29)	1.752.688	997.858	1.752.688	997.858
Encargos de créditos com partes relacionadas	2.841	47.596	-	47.596
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 9a)	11.497	239.748	11.019	228.718
Outras	63.928	23.837	62.609	22.479
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(3.961)	(12.566)	(5.342)	(11.741)
	1.890.015	1.383.270	1.864.996	1.336.943
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 20)	(926.183)	(804.721)	(923.243)	(802.542)
Amortização dos custos de transação (nota 20)	(12.095)	(11.706)	(12.095)	(11.706)
Variação monetária – Forluz	(11.920)	(12.693)	(11.920)	(12.693)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 20)	(43.337)	(50.969)	(35.134)	(38.289)
Variações monetárias	(29.618)	(11.589)	(16.108)	(9.575)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(1.749.000)	(233.846)	(1.749.000)	(233.846)
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(5.342)	(6.610)	(5.120)	(6.456)
Outras	(6.349)	(17.186)	(1.150)	(14.896)
	(2.783.844)	(1.149.320)	(2.753.770)	(1.130.003)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(893.829)	233.950	(888.774)	206.940

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		CUSTO/DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Cemig								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	891.998	781.769	-	-	-	-
Não circulante								
Mútuo partes relacionadas (1)	-	-	-	-	-	16.464	-	-
Coligada (2)								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	2.173	5.745	69.386	57.860	34.809	67.648	(996.819)	(729.290)
Controladas em conjunto (2)								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	6.260	6.002	542	-	(86.953)	(83.146)
Prestação de serviço	313	626	-	-	4.371	6.762	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	114.430	103.033	-	-	-	-	-	-
Contingências (4)	-	-	41.376	32.088	-	-	(9.289)	(32.088)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	130	-	-	-	28.113	21.566	(40.081)	(10.267)
Adiantamento de entrega futura de energia (5)	-	40.081	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de serviço (6)	211	-	-	-	775	1.021	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	1.646	1.541	-	-	(22.521)	(21.011)
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	6.474	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	2.728	1.387	-	-	(25.777)	(18.698)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.680	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	2.536	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	-	-	-	4.447	(7.070)	-
Não circulante								
Contas a receber (7)	-	-	-	-	-	93.708	-	(688.031)
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	5.511	6.213	-	1.206	67.102	97.560	-	(7.940)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	940	1.255	164	-	(11.299)	(12.752)
Prestação de serviço (6)	289	170	-	-	979	594	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (8)	-	-	29.615	21.810	-	-	-	-
Cemig Geração Poço Fundo								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	294	294	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de cooperação (9)	1.707	1.669	-	-	5.700	7.479	-	-
Operações com energia elétrica (3)	29.268	29.655	1.016	507	300.410	270.418	(27.194)	(27.538)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	57.797	18.282	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.131.739	372.601	-	-	11.006	2.872	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	254.481	916	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	35.907	32.775	-	-	(43.320)	(41.394)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (11)	-	-	-	-	-	-	(20.390)	(20.730)
Custeio administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(6.617)	(6.843)
Arrendamento operacional (13)	37.062	40.125	4.824	9.479	-	-	(534)	(15.331)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	569.351	590.465	-	-	-	-
Arrendamento operacional (13)	-	-	34.639	32.124	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	32.380	29.422	-	-	(52.670)	(50.007)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	699.224	656.424	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- Refere-se ao juros de 125,52% do CDI do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000, findo em julho de 2019;
- Os relacionamentos entre a Companhia e suas investidas estão descritos na nota explicativa nº 14;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$119 milhões (R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2019), cabendo à Cemig o valor de R\$41 milhões (32 milhões em 31 de dezembro de 2019).
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feita em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecida por meio de Leilão, sendo o contrato registrado na CCEE. A Norte entregou a energia contratada à Cemig até 31/12/2020, com início em 01/01/2020. Não houve previsão de atualização financeira para o contrato;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (c), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo dos recebíveis detidos pela Companhia contra a investida no montante total de R\$688 milhões;
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 14);
- Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 22);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz e em novembro de 2020, ao término do contrato, a Cemig optou por não realizar a renovação contratual e, portanto, desocupou totalmente as instalações do edifício Aureliano Chaves;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	294	294
Aliança Geração de Energia S.A.	114.430	103.033	114.430	103.033
Outras	2.680	9.010	2.680	9.010
	117.110	112.043	117.404	112.337

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	2020			2019		
				Cemig GT	Demais controladas	Total (consolidado)	Cemig GT 5,16%	Demais controladas 9,86%	Total (consolidado) 15,02%
GASMIG	Nota Promissória	107% do CDI	25/09/2020	-	-	-	523	998	1.521
				-	-	-	523	998	1.521

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	2020	2019
Remuneração	3.451	3.095
Participação nos resultados	1.149	742
Previdência privada	249	260
Planos de saúde e odontológico	30	27
	4.879	4.124

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	2020		2019 (Reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	465.128	465.128	46.727	46.727
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	1.027.137	1.027.137	1.135.038	1.135.038
Fundos vinculados	2	53.565	53.565	11.059	11.059
Depósitos vinculados a litígios	2	160.321	160.321	364.277	364.277
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.549.198	2.549.198	2.468.216	2.468.216
		4.255.349	4.255.349	4.025.317	4.025.317
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		374.478	374.478	202.964	202.964
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	123.738	123.738	-	-
Letras financeiras – Bancos	2	551.425	551.425	279.547	279.547
Letras financeiras do Tesouro	1	246.471	246.471	47.268	47.268
Debêntures	2	-	-	52	52
		1.296.112	1.296.112	529.831	529.831
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	2.948.930	2.948.930	1.690.944	1.690.944
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		3.765.132	3.765.132	2.507.146	2.507.146
		9.316.593	9.316.593	7.062.294	7.062.294
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(8.885.711)	(8.885.711)	(7.886.783)	(7.886.783)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(106.940)	(106.940)	(128.172)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(122.234)	(122.234)	(124.499)	(124.499)
Concessões a pagar	3	(23.476)	(23.476)	(19.692)	(19.692)
Fornecedores	2	(465.939)	(465.939)	(422.312)	(422.312)
Operações de arrendamento mercantil	2	(44.543)	(44.543)	(55.059)	(55.059)
		(9.648.843)	(9.648.843)	(8.636.517)	(8.636.517)
Valor justo por meio do resultado					
Opções de venda (SAAG)	3	(536.155)	(536.155)	(482.841)	(482.841)
		(10.184.998)	(10.184.998)	(9.119.358)	(9.119.358)

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções, desde que todas as variáveis relevantes deste modelo se baseiem em dados de mercado observáveis. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 0,48% a 0,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$536.155 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	63.693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Variação do valor justo	53.314
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020, sendo que a liquidação deveria ocorrer em até 15 dias contados a partir das manifestações.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou por meio do mecanismo contratual da Via Amigável uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente da decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo. A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$1.752.688 (ajuste positivo de R\$997.858 em 31 de dezembro de 2019), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 2020	Valor justo em 2020	Valor conforme contrato em 2019	Valor justo em 2019
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.772.477	2.110.490	813.535	1.235.102
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	587.945	838.440	108.532	455.842
					2.360.422	2.948.930	922.067	1.690.944
Ativo circulante						522.579		234.766
Ativo não circulante						2.426.351		1.456.178

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. O instrumento derivativo contratado pela Companhia possui teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.948.930 (R\$1.690.944 em 31 de dezembro de 2019), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 31 de dezembro de 2020, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020 (R\$922.067 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2021, o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), em R\$1.707.842 referente à opção (*call spread*) e R\$1.097.590 referentes ao *swap*, totalizando R\$2.805.432.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base 31/12/2020	Cenário provável 31/12/2021	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	6.996.487	6.616.145	5.866.365	5.147.485
Swap ponta passiva	(5.607.778)	(5.518.555)	(5.595.382)	(5.669.279)
Opção/Call Spread	1.560.221	1.707.842	1.018.860	338.419
Instrumento derivativo de hedge	2.948.930	2.805.432	1.289.843	(183.375)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foram descritas no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	2020		2019	
	Moeda estrangeira		Moeda estrangeira	
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(1.511.336)	(7.853.959)	(1.511.336)	(6.091.742)
Passivo líquido exposto		(7.853.959)		(6.091.742)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2021, será uma valorização de 0,06% para o dólar (R\$5,20) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	2020	2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 5,20	Cenário Possível +25% Dólar 6,50	Cenário Remoto +50% Dólar 7,80
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(7.853.959)	(7.858.946)	(9.823.683)	(11.788.420)
Passivo líquido exposto	(7.853.959)	(7.858.946)	(9.823.683)	(11.788.420)
Efeito líquido da variação cambial		(4.987)	(1.969.724)	(3.934.461)

Risco de Taxa de Juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	374.478	202.964	289.877	133.705
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 7)	1.386.762	373.594	1.089.599	128.490
Fundos vinculados – CDI	53.565	11.059	18.351	11.019
	1.814.805	587.617	1.397.827	273.214
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 20)	(288.839)	(578.067)	(288.839)	(578.067)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 20)	(31.290)	(178.226)	-	-
	(320.129)	(756.293)	(288.839)	(578.067)
Ativo (Passivo) líquido exposto	1.494.676	(168.676)	1.108.988	(304.853)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2021, a taxa Selic será de 5,50% e a taxa TJLP será de 4,87%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	2020	2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
		SELIC 5,50% TJLP 4,87%	SELIC 4,13% TJLP 3,65%	SELIC 2,75% TJLP 2,44%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	374.478	395.074	389.944	384.776
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.386.762	1.463.034	1.444.035	1.424.898
Fundos vinculados	53.565	56.511	55.777	55.038
	1.814.805	1.914.619	1.889.756	1.864.712
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 20)	(288.839)	(304.725)	(300.768)	(296.782)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 20)	(31.290)	(32.814)	(32.432)	(32.053)
	(320.129)	(337.539)	(333.200)	(328.835)
Ativo líquido exposto	1.494.676	1.577.080	1.556.556	1.535.877
Efeito líquido da variação das taxas de juros		82.404	61.880	41.201

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2020, sendo parte de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.549.198	2.468.216	-	-
	2.549.198	2.468.216	-	-
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 20)	(761.520)	(1.105.466)	(761.520)	(1.105.466)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(106.940)	(128.172)	(106.940)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(122.234)	(124.499)	(122.234)	(124.499)
	(990.694)	(1.358.137)	(990.694)	(1.358.137)
Ativo (Passivo) líquido exposto	1.558.504	1.110.079	(990.694)	(1.358.137)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2021, a taxa IPCA será de 4,53%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	2020	2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,53%	Cenário Possível -25% IPCA 3,40%	Cenário Remoto -50% IPCA 2,27%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.549.198	2.664.677	2.635.871	2.607.065
	2.549.198	2.664.677	2.635.871	2.607.065
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 20)	(761.520)	(796.017)	(787.412)	(778.807)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(106.940)	(111.784)	(110.576)	(109.368)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(122.234)	(127.771)	(126.390)	(125.009)
	(990.694)	(1.035.572)	(1.024.378)	(1.013.184)
Ativo líquido exposto	1.558.504	1.629.105	1.611.493	1.593.881
Efeito líquido da variação da inflação		70.601	52.989	35.377

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27.486	461.840	1.059.317	8.329.749	-	9.878.392
Concessões a pagar	247	530	2.454	10.699	14.213	28.143
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.844	5.731	26.090	91.832	-	126.497
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.258	2.535	11.572	66.673	118.116	200.154
	31.835	470.636	1.099.433	8.498.953	132.329	10.233.186
Pré-fixadas						
Fornecedores	411.617	53.326	996	-	-	465.939
	443.452	523.962	1.100.429	8.498.953	132.329	10.699.125

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24.716	456.272	1.035.366	8.327.232	-	9.843.586
Concessões a pagar	247	530	2.454	10.699	14.213	28.143
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.844	5.731	26.090	91.832	-	126.497
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.258	2.535	11.572	66.673	118.116	200.154
	29.065	465.068	1.075.482	8.496.436	132.329	10.198.380
Pré-fixadas						
Fornecedores	359.529	32.053	992	-	-	392.574
	388.594	497.121	1.076.474	8.496.436	132.329	10.590.954

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2020, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$34.779.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid-19 encontra-se apresentada na nota 1c..

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 20

d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Total do passivo	14.613.694	12.913.883	14.206.769	12.490.118
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(384.397)	(211.608)	(290.995)	(136.208)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(1.132.281)	(372.678)	(889.671)	(128.175)
Passivo líquido	13.097.016	12.329.597	13.026.103	12.225.735
Total do patrimônio líquido	5.842.171	5.347.841	5.842.171	5.347.841
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,24	2,31	2,23	2,29

30. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
	Casco	29/04/2020 a 29/04/2021	US\$1.140	
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Responsabilidade Civil	29/04/2020 a 29/04/2021	US\$4.000	US\$24
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2020 a 02/11/2021	R\$18.981	R\$17
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2021 a 08/01/2022	R\$240.257	R\$70
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/07/2020 a 08/07/2021	R\$2.650	R\$2
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2020 a 07/12/2021	R\$715.118	R\$941

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil.

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil.

A Companhia, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos mencionados. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função destes riscos.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Compra de energia	4.334.611	3.828.692	3.727.561	3.477.748	3.310.220	28.777.230	47.456.062

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Paulo Mota Henriques
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Maurício Dall'Agnese
Diretor Cemigpar

Marney Tadeu Antunes
Diretoria sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contadora – CRC-MG 77.839



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.9, em decorrência dos efeitos de ajustes nas taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica e respectivo efeito nas margem de construção no resultado do exercício, e em decorrência do efeito da mudança na apresentação do ativo de concessão oriundo da Lei nº 12.783/2013 (RBSE) os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparabilidade, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 18 de dezembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral de Credores os Planos de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, que foram homologados pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo.

A controlada em conjunto está apurando os efeitos dos planos de recuperação judicial em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais ainda não foram concluídos. Ainda que os planos de recuperação judicial tenham sido aprovados, existem eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos financeiros e ativos de contrato da concessão nos montantes de R\$3.365.400 mil e R\$3.634.702 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão de geração e de transmissão de energia elétrica.

No caso da geração, o ativo financeiro da concessão está representado pelas bonificações pela outorga das usinas de geração de energia hidrelétricas loteadas em 2016 e pela parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente, no montante de R\$ 816.202 mil. A determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão de geração e que são passíveis de indenização, impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão.

O ativo de contrato da concessão da transmissão é registrado em contrapartida a receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato de concessão e da receita da infraestrutura de transmissão, de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o momento que se obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do avanço físico da construção do ativo em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração, para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens esperada, em cada obrigação de performance identificada, e a projeção das receitas esperadas. Por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo financeiro indenizável da concessão de geração e da receita de contrato com cliente do segmento de transmissão um assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia e suas controladas sobre a mensuração do ativo financeiro indenizável da concessão de geração e da receita de contrato com cliente do segmento de transmissão, incluindo os controles sobre a revisão pela administração das premissas significativas subjacentes à mensuração destes ativos; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) envolvimento dos nossos

especialistas internos, para avaliação das premissas relevantes utilizadas na modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto utilizada, assim como para revisão das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos de projetos em construção; (iv) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da transmissora, por meio de inspeção das notas técnicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (v) avaliação do custo histórico de formação do ativo financeiro da concessão de geração, análise das previsões regulatórias para sua indenização e acompanhamento das consultas públicas e discussões realizadas entre a Companhia e o poder concedente sobre o tema (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de remensuração de um ativo de contrato da concessão de transmissão, sendo este ajuste registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos do ativos financeiros e ativos de contrato da concessão da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão de geração e da receita de contrato com cliente do segmento de transmissão preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12 e 13, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 3.755.799 mil, líquido de provisão para perdas por redução ao valor recuperável, e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reavaliar tal provisão. Em 2020, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuem na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Renova Energia S.A. e Guanhões Energia S.A. e, conseqüentemente, procedeu com a análise e determinação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela administração para identificação de indicativos de *impairment* dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de *valuation* para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2020 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 26-03-2021. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2020, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 26-03-2020, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2021.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 23.03.2021, em reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, concluímos a análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social de 2020. Na mesma data aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

- aa.) Reynaldo Passanezi Filho - Diretor-Presidente
- Dimas Costa - Diretor Cemig Comercialização
- Eduardo Soares - Diretor de Regulação e Jurídico
- Leonardo George de Magalhães - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Marney Tadeu Antunes - Diretor Cemig Distribuição
- Maurício Dall'Agnese - Diretor CemigPar
- Paulo Mota Henriques - Diretor Cemig Geração e Transmissão

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 23.03.2021, em reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, concluímos a análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social de 2020. Na mesma data aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

- aa.) Reynaldo Passanezi Filho - Diretor-Presidente
Dimas Costa - Diretor Cemig Comercialização
Eduardo Soares - Diretor de Regulação e Jurídico
Leonardo George de Magalhães - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Marney Tadeu Antunes - Diretor Cemig Distribuição
Maurício Dall'Agnese - Diretor CemigPar
Paulo Mota Henriques - Diretor Cemig Geração e Transmissão

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 26 DE MARÇO DE 2021

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2020

No ano de 2020, o Comitê reuniu-se em 42 (quarenta e duas) ocasiões e mais 11 (onze) vezes no início do primeiro semestre de 2021, além de 5 (cinco) participações nas reuniões do Conselho de Administração. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2020 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2021. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 10 (dez) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de *Compliance*, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com o Gerente da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2020.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e ao artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2021, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2021. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia por meio da retenção de lucros do exercício de 2020 no montante de R\$439.122.

Investimentos planejados para 2021	
Sistema elétrico de geração	131.000
Sistema elétrico de transmissão	209.200
Aportes em controladas e coligadas	82.283
Infraestrutura e outros	16.639
	439.122